

Guardião da estabilidade, Senado chega aos 180 anos

Os 180 últimos anos da história do país não podem ser contados sem que se mencione o Senado, aberto pelo imperador dom Pedro I em 6 de maio de 1826. Para comemorar a data, o **Jornal do Senado** relembra como a Casa esteve presente em momentos importantes do país, desde o Brasil

Império. De acordo com especialistas, até mesmo a unidade do território brasileiro tem parte de sua explicação na atuação dos senadores, que, desde o início, agiram como referência para a manutenção da estabilidade nacional em um continente marcado por profundas divisões políticas.

PÁGINAS 2 E 3

Senadores estão entre personalidades do país

Algumas das figuras históricas mais conhecidas e estudadas nas escolas foram também senadores da República. Entre eles, encontram-se nomes como os de Duque de Caxias, Luís Carlos Prestes, Juscelino Kubitschek, Teotônio Vilela e Rui Barbosa,

Patrono do Senado. Por conta de sua atuação, até hoje o Senado é conhecido como “A Casa de Rui”. Nesta edição especial, o leitor vai conhecer as biografias de alguns desses brasileiros que, como senadores, influíram decisivamente nos destinos do país.

PÁGINAS 4 A 13

Três endereços desde a fundação no Império

Desde sua fundação, o Senado ocupou edifícios que representaram a importância da instituição. A Casa teve três sedes que refletiam o período histórico em que foram construídas. A primeira, Palácio do Conde dos Arcos, fora a casa do último vice-

rei do Brasil, enquanto a segunda, Palácio Monroe, recebeu prêmio internacional, representando o estilo *belle époque* em voga no início do século 20. Atualmente, o Palácio do Congresso Nacional, maior edificação de Brasília (*foto*), é a sede do Senado.

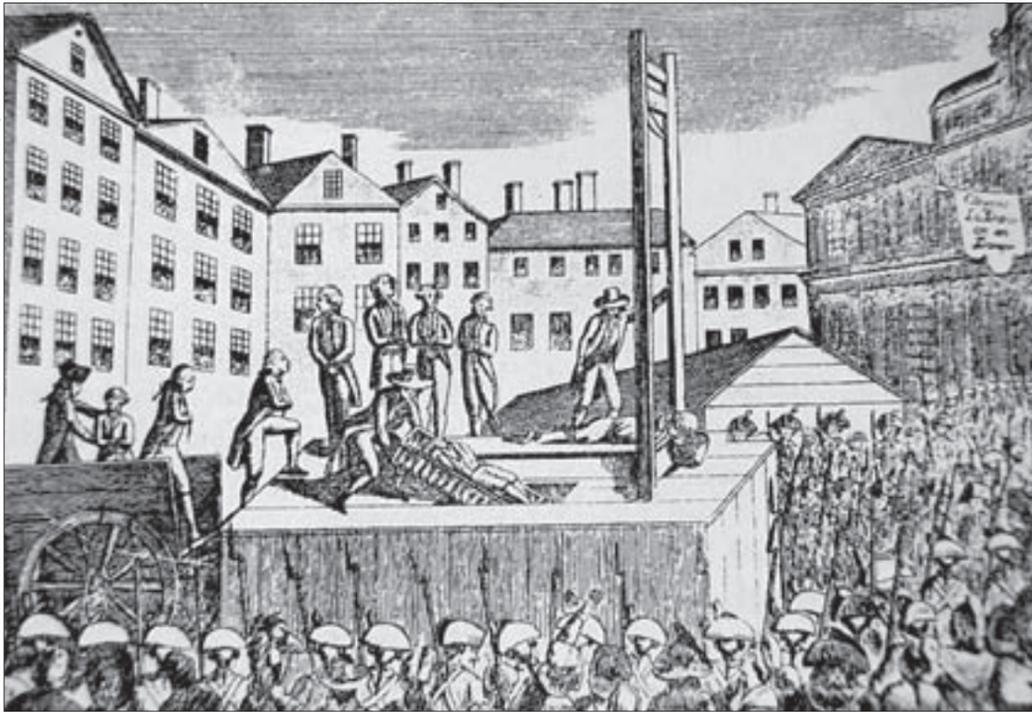
PÁGINA 16

Uma idéia que prosperou no mundo

A pesar de os colonizadores portugueses jamais terem implantado um Senado (lá, até hoje, o sistema é unicameral), o Brasil já nasceu com o seu. As influências de outros países da Europa, como França e Inglaterra, além do

emergente Estados Unidos da América, foram, por diversos motivos, fundamentais na escolha do sistema bicameral brasileiro, composto do Senado e da Câmara. Casa dos aristocratas, dos mais sábios ou da Federação, o Senado é protagonista mundo afora.

REPRODUÇÃO/BRASILIENSE



Após a Revolução Francesa, o período do Terror levou líderes à guilhotina: ausência de moderação

Câmara dos Lordes surgiu antes dos deputados para aconselhar o rei inglês

Ao contrário dos demais países sul-americanos que se libertaram de suas metrópoles entre os séculos 18 e 19, o Brasil adotou a monarquia quando se tornou independente. Um Império pressupõe a existência de uma nobreza e uma corte. Esses brasileiros – barões, condes ou marqueses – foram, logo após a independência, os primeiros senadores, assim como acontecia historicamente na monarquia da Inglaterra.

A composição da Câmara dos Lordes (é assim que o Senado se chama por lá), com membros da

magistratura e do clero (*veja pág. 14*), foi importante para garantir a estabilidade da Inglaterra já na Idade Média.

O professor do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília Vamireh Chacon entende que, no Brasil, os senadores, especialmente nos primeiros anos do Império, foram mentores de “um pacto das elites”, pelo qual os políticos de maior liderança e confiança junto ao imperador agiam como conciliadores entre o monarca e a Câmara dos Deputados, mais sensível aos anseios

da população. Ou seja, o Senado serviu como contrapeso entre o Poder Monárquico e a representação popular na Câmara, que a cada ano mais nutria em seu bojo idéias republicanas.

Para Vamireh Chacon, até mesmo a unidade territorial brasileira se deve a essa ação do Senado. O professor sustenta essa visão, inclusive, ao comparar o contexto brasileiro do século 19 com o de países vizinhos, da América espanhola, que conviveram com guerras civis e divisões. O papel de um senador, o Duque de Caxias, que atuou em diversos conflitos internos e externos, como a Guerra do Paraguai, também ilustra essa opinião.

Casa busca conservar os alicerces institucionais

Mesmo entre conflitos, o Império, com grande participação dos senadores, teve a mais duradoura das Constituições brasileiras (de 1824) até hoje. Um bom resumo do que o Senado representava naqueles anos foi dado pelo Marquês de São Vicente, senador no Segundo Império.

– A sociedade tem sempre dois interesses em ação: o da conservação dos bens que goza e do progresso. Tem também sempre em movimento os interesses das localidades e o interesse geral.

A Câmara dos Deputados é a representação ativa do progresso, dos interesses móveis. O Senado, como ramo essencial do Poder Legislativo, sem opor-se à Câmara, deve ser o representante das idéias conservadoras e do interesse geral como predominante – afirmou o Marquês de São Vicente, ao avaliar o papel da instituição de que fazia parte.

Foi assim no Primeiro Reinado, onde havia até mesmo senadores que continuavam a representar os interesses portugueses no Brasil e, mais tarde, nas regências e no Conselho de Estado do Segundo Império. Diferentemente do que aconteceu com a Câmara, dissolvida por diversas vezes pelo imperador, o Senado permaneceu sempre aberto.

A Câmara foi dissolvida pelo monarca, mas o Senado continuou aberto no Império

Conselho dos Anciãos trouxe moderação à República Francesa

Outro papel fundamental atribuído ao Senado é o de servir como Casa Revisora da Câmara dos Deputados, a fim de garantir maior ponderação às decisões legislativas. De acordo com historiadores, na França pós-revolucionária a ausência dessa moderação levou a radicalismos e ao período conhecido como Terror, no qual diversas lideranças políticas foram levadas à guilhotina.

Foi assim que um colegiado formado por cidadãos mais velhos, o Conselho dos Anciãos, passou a ter importância fundamental na República Francesa. Afinal, as decisões dos representantes do povo, sem revisão, haviam sido responsáveis por atitudes extremas e inábeis e pela instabilidade política. O Conselho dos Anciãos é, então, um sistema de freio e contrapeso às decisões das câmaras baixas em todo o mundo.

– A existência de duas casas legislativas contribuiu para uma ponderação maior e acurada dos debates que mais tarde se transformaram em leis ou políticas públicas. Uma única casa correria o risco de errar sozinha sem ter o contrapeso de outra casa revisora que a levasse a pensar melhor sobre o que havia decidido – afirma o cientista político da Universidade de Brasília (UnB)

Paulo Kramer.

Nessa linha, o historiador Marcos Magalhães entende que a existência de outra câmara oferece mais uma instância de resolução de conflitos e de negociação.

– O caráter complementar cria um sistema de checagem múltipla e interativa de poderes. Há a obrigação de construir consenso nas duas casas. O desenho atual do processo legislativo poderia ser melhorado, mas é eficiente – observa Magalhães.

Ponderar sobre as decisões tomadas pelos deputados é um dos papéis dos senadores

Nos EUA, Casa representa os 50 estados da Federação

Já nos Estados Unidos, a escolha do Senado não foi feita com base na transição de uma aristocracia para a democracia. Para afastar de vez esse caráter aristocrático do Senado, a legislação norte-americana determinou que, como os deputados, os senadores deveriam ser eleitos. Qual a diferença, então, entre as duas casas? Enquanto a Câmara teria a representação proporcional à população, o Senado seria a representação da Federação, ou seja, teria um número igual de senadores por estado. No caso



Como no Brasil, o Senado nos Estados Unidos tem número de representantes igual por estado

dos EUA, são dois senadores para cada um dos 50 estados. Esse sistema é muito utilizado em países com grande extensão territorial, marcados por diferenças regionais, como Austrália, Canadá e Índia. O Senado, afinal, tenta minimizar a possibilidade de uma região, mais populosa ou mais influente economicamente, ter supremacia sobre as demais, suprimindo a diversidade regional.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa:
Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado:
Eduardo Leão – (61) 3311-3333

Os textos deste caderno foram elaborados pelo consultor legislativo e

jornalista Alexandre Guimarães e pelo jornalista João Carlos Teixeira.

Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janaina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Valter Gonçalves Júnior.

Diagramação: Ana Rita Grilo, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva, Iracema F. da Silva e Henrique Eduardo Lima de Araújo
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Pesquisa iconográfica: Elida Costa e Ana Volpe

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 – Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília DF

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Casa legisla, fiscaliza e legitima poder

A primeira missão do Senado foi dar suporte à existência do recém-fundado Estado brasileiro. Assim, a instituição passou a ser procurada sempre que o país precisava de referências sobre os destinos da coisa pública nacional.

No século 20, a Casa se destacou na elaboração da ordem legal e constitucional. Finalmente, nos últimos anos, a função fiscalizatória, por meio de CPIs, vem marcando a atuação dos parlamentares no sedimentado bicameralismo brasileiro.

Garantia da estabilidade foi a primeira função

Historicamente, o Senado brasileiro desempenha três funções fundamentais no ordenamento jurídico-institucional brasileiro: legisla, fiscaliza o exercício do poder e legitima o poder estabelecido. A observação é feita pelo historiador Marcos Magalhães, consultor legislativo do Senado e pesquisador do Centro de Memória Digital da Universidade de Brasília (UnB).

Segundo ele, a garantia da estabilidade institucional e territorial foi um papel primordial desempenhado pelo Senado brasileiro desde a Independência até o período da Guerra Fria, na segunda metade do século passado. Nessa longa fase, o país, assim como a América Latina, esteve ameaçado por um processo político dinâmico que se debatia entre diversas visões sobre como um Estado nacional deveria se constituir.

– Sempre que o país vivia momentos de incerteza ou caos, se olhava para o Senado como referência de última instância, para saber o que deveria ser feito com a coisa pública. A legitimação do poder político se fez na maioria do tempo em consultas ao Parlamento – afirma Magalhães.

Nos momentos mais recentes, ele aponta as crises nas sucessões de presidentes eleitos depois do fim do Estado Novo de Getúlio Vargas. Na renúncia do presiden-

te Jânio Quadros, por exemplo, o Congresso, sob pressão, foi consultado sobre a volta do vice-presidente João Goulart ao Brasil – ele estava em viagem oficial à China – e acabou aprovando a Emenda Constitucional n° 4, que instituiu o parlamentarismo, viabilizando a posse de Jango.

Até mesmo no regime militar, continua o pesquisador, o Parlamento foi mantido aberto para legitimar os ocupantes do poder. Prova disso é que os ritos de posse dos presidentes militares continuaram a ser realizados no Congresso.

– O Congresso continuou a ser instrumento de negociação política. O regime era de exceção, ditatorial, mas não se mantinha somente por meio da força. Era necessário o espaço para interlocução já ocupado historicamente pelo Parlamento – avalia.

Para sustentar a análise, Magalhães lembra ainda que, em um primeiro momento, muitos parlamentares apoiaram o regime militar contra a suposta ameaça de radicalização da esquerda. Entre eles, Auro de Moura Andrade, então presidente do Senado, Teotônio Vilela e o próprio ex-presidente Juscelino Kubitschek. Mais tarde, ao perceberem que o regime não era passageiro, conduziram boa parte do processo de abertura política.

CPIs são símbolo do aumento da fiscalização do Congresso

Concomitantemente à consolidação de seu papel de referência entre as instituições políticas, observa o historiador Marcos Magalhães, o Senado aprofundou também suas duas outras funções centrais, de legislar e, mais tarde, de fiscalizar o Executivo.

– O Legislativo é o responsável pela criação de um aparato jurídico que é o pano de fundo do funcionamento das instituições políticas e até da atuação da so-

riedade civil. Pode-se dizer que os marcos maiores, a Constituição, foram determinados no Congresso – destaca Magalhães.

Quanto às CPIs, ele ressalta que a democracia amadureceu depois de o país ter passado pelo *impeachment* de um presidente e pela cassação de parlamentares. Em outra atividade fiscalizadora, diz, o Congresso tenta constantemente aperfeiçoar o processo de elaboração do Orçamento.



A Câmara dos Lordes da Inglaterra (Senado) é anterior à Câmara dos Comuns (Câmara dos Deputados)

Senado tem papel singular e insubstituível

Existem análises que apontam que o unicameralismo é a tendência a ser adotada por legislativos em todo o mundo. Argumenta-se que uma só casa legislativa simplificaria a elaboração das leis e que, ao mesmo tempo, por mecanismos já existentes em alguns países, poderia garantir a ponderação de casa revisora, geralmente

desempenhada pelo Senado.

Essa tendência, porém, não se verifica na prática. A maioria dos países adota o sistema bicameral. No início da década de 50, apenas dois países – Nova Zelândia e Dinamarca – eliminaram o Senado.

Não há sinal de que a instituição – mais antiga que a Câmara dos Deputados na história da

Humanidade – tenha seu papel reduzido. A própria história se encarrega de demonstrar a função da instituição nos Estados nacionais antigos e modernos, representando equilíbrio, estabilidade e unidade, tão importantes para um país como o Brasil, jovem, de dimensões continentais e grandes diversidades étnicas e regionais.

Prerrogativas próprias especializam senadores

Apesar de o Brasil ser considerado um “bicameralismo perfeito”, como conceituam os cientistas políticos, o Senado tem diferenças fundamentais em relação à Câmara, como prerrogativas constitucionais que cabem somente aos senadores. Segundo o historiador Marcos Magalhães, a

diferença de atribuições legislativas leva a uma tendência de especialização. A Constituição estabelece, por exemplo, que o Senado é responsável por fisca-

lizar o endividamento dos entes públicos e por dar a última palavra sobre a indicação de diplomatas, magistrados e demais autoridades.

Outra diferença vem da maior dificuldade de eleição de um senador, o que leva à Casa um corpo diferenciado de políticos, composto por ex-governadores e até ex-presidentes. Com mandatos mais longos, os senadores têm condições de manter uma perspectiva de longo prazo.

Uma das expressões dessas

diferenças hoje em dia foi apontada por Marcos Magalhães: somente o Senado mantém uma CPI, a dos Bingos, funcionando neste momento em que os fatos encontrados nas investigações são amplos e graves, justificando a fiscalização do Executivo feita pelo Congresso. Mesmo quando há CPIs mistas, como a dos Correios, o historiador observa que toda a estrutura administrativa e de assessoria é provida pelo Senado.

– O Senado está muito bem aparelhado; há que se reconhecer a qualidade de seu corpo funcional – registra Marcos Magalhães.



Na sessão que julgou o ex-presidente Fernando Collor, Senado funcionou como tribunal, presidido pelo então presidente do Supremo Tribunal Federal, Sidney Sanches (ao centro)

Nobres eram maioria na primeira sessão

Naquele 6 de maio de 1826, ao meio-dia, 31 senadores foram testemunha da criação da Casa. Dos 50 senadores escolhidos pelas 19 províncias e pelo imperador, quase metade (23) eram barões, viscondes ou marqueses, nove eram

juízes, sete provinham da Igreja, quatro do Exército, além de haver dois médicos, um advogado e quatro proprietários. Naquela época, as vagas eram distribuídas proporcionalmente à população de cada província. A seguir, veja a lista dos primeiros senadores.

Espaldar de uma das 67 cadeiras feitas em 1867 para o Plenário do Palácio do Conde dos Arcos, primeira sede do Senado. A cadeira foi feita por presidiários e pela casa de móveis mais famosa do Rio de Janeiro. Está em exposição no Senado

Os pioneiros do Senado

I – Província do Pará

José Joaquim Nabuco de Araújo (depois Barão do Itapoã)

II – Província do Maranhão

João Ignácio da Cunha (depois Barão e Visconde de Alcântara)

Patrício José de Almeida e Silva, advogado

III – Província do Piauí

Luiz José de Oliveira Mendes (depois Barão de Monte Santo)

IV – Província do Ceará

João Antônio Rodrigues de Carvalho, magistrado

Domingos da Motta Teixeira, eclesiástico

Pedro José da Costa Barros, oficial superior do Exército

João Carlos Augusto Oeynausen (depois Visconde e Marquês de Aracati)

V – Província do Rio Grande do Norte

Afonso de Albuquerque Maranhão, proprietário

VI – Província da Paraíba do Norte

Estêvão José Carneiro da Cunha, oficial superior do Exército

João Severiano Maciel Costa (depois Visconde e Marquês de Queluz)

VII – Província de Pernambuco

José Carlos Mayrink da Silva Ferrão, proprietário

Antônio José Duarte de Araújo Gondin, magistrado

Bento Barroso Pereira, brigadeiro

José Ignácio Borges, brigadeiro

José Joaquim de Carvalho, médico

Antônio Luiz Pereira da Cunha (depois Visconde e Marquês de Caravelas)

VIII – Província das Alagoas

D. Nuno Eugênio de Lossio e Seilbtz,

magistrado

Felisberto Caldeira Brant Pontes (depois Visconde e Marquês de Barbacena)

IX – Província da Bahia

Francisco Carneiro de Campos, magistrado

José Joaquim Carneiro de Campos (depois Visconde e Marquês de Caravelas)

Luiz José de Carvalho Mello (depois Visconde de Cachoeira)

José da Silva Lisboa (depois Barão e Visconde de Cairu)

Domingos Borges de Barros (depois Barão e Visconde da Pedra Branca)

Clemente Ferreira França (depois Visconde e Marquês de Nazaré)

X – Província de Sergipe

José Teixeira da Matta Barcellar, magistrado

XI – Província do Espírito Santo

Francisco dos Santos Pinto, eclesiástico

XII – Província de Minas Gerais

Manoel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, proprietário

José Teixeira da Fonseca Vasconcelos (depois Barão e Visconde de Caeté)

Estêvão Ribeiro de Resende (depois Barão, Conde e Marquês de Valença)

Manoel Jacintho Nogueira da Gama (depois Barão e Marquês de Baependi)

João Gomes da Silva Mendonça (depois Visconde de Fanado e Marquês de Sabará)

João Evangelista de Faria Lobato, magistrado

Antônio Gonçalves Gomid, médico

Jacintho Furtado de Mendonça, proprietário

Marcos Antônio Monteiro de Barros, eclesiástico

Sebastião Luiz Tinoco da Silva, magistrado

XIII – Província de São Paulo

Lucas Antônio Monteiro de Barros (depois Barão e Visconde de Congonhas do Campo)

D. Francisco de Assis Mascarenhas (depois Conde e Marquês de São João da Palma)

D. Nuno Eugênio de Lossio e Seilbtz, magistrado

João Ferreira de Oliveira Bueno, eclesiástico

XIV – Província do Rio de Janeiro

Mariano José Pereira da Fonseca (depois Visconde e Marquês de Maricá)

Francisco Villela Barbosa (depois Visconde e Marquês de Paranaguá)

José Egydio Álvares de Almeida (depois Barão, Visconde e Marquês de Santo Amaro)

José Caetano Ferreira de Aguiar, eclesiástico

XV – Província de Santa Catarina

Lourenço Rodrigues de Andrade, eclesiástico

XVI – Província de São Pedro do Rio Grande do Sul

Luiz Correia Teixeira de Bragança, magistrado

XVII – Província de Mato Grosso

Caetano Pinto de Miranda Montenegro (depois Visconde e Marquês da Praia Grande)

XVIII – Província de Goiás

Francisco Maria Gordilho Vellozo de Barbuda (depois Barão do Paty do Alferes, Visconde de Lorena e Marquês de Jacarepaguá)

XIX – Província Cisplatina

D. Damasco Antônio Larrannãga, eclesiástico

Da afirmação institucional às regências

Ao abrir a primeira sessão do Congresso, dom Pedro I se comprometeu com o fortalecimento das recém-criadas instituições, incluindo o Senado. Mas o país precisava também assegurar a integridade territorial, garantida à base de

muita negociação, em geral conduzida por senadores. A falta de identificação do monarca com o povo levou à abdicação e a um período de regências, encabeçadas por senadores, numa fase de dez anos que se assemelhou a uma república.

Imperador convoca Câmara dos Senadores

Foi com três dias de atraso, mas, ao meio-dia de 6 de maio de 1826, dom Pedro I instalou, no prédio do Paço do Senado, no Rio de Janeiro, a Assembléia Geral do Império do Brasil. Em sua "Fala do Trono", o imperador se dirigiu aos membros de ambas as casas: Câmara de Deputados e Senado, ou melhor, Câmara de Senadores.

A chamada sessão imperial de abertura, segundo a Carta Constitucional de 1824, deveria sempre ocorrer no dia 3 de maio, data em que se comemorava o descobrimento do Brasil até o quarto

centenário. O atraso aconteceu por divergências entre as câmaras com relação ao cerimonial.

Membros vitalícios escolhidos pelo monarca

A convocação por dom Pedro I vinha da necessidade urgente de a Assembléia Geral autorizar aumento de impostos, para que o governo pudesse arcar com os altos custos causados pela guerra na Província Cisplatina – esta, dois anos mais tarde, seria reconhecida por Brasil e Argentina como nação independente: a República Oriental do Uruguai.

Os senadores no Império eram escolhidos pelo monarca a partir de cada uma das listas tríplices de candidatos eleitos nas províncias por votação indireta e majoritária. Para o cargo, que era vitalício, somente podiam ser candidatos cidadãos brasileiros com 40 anos de idade ou mais, e rendimento anual acima dos 800 mil réis.

Em 29 de abril, na primeira sessão preparatória, foram eleitos, por aclamação, o presidente da Mesa diretora da Casa, senador José Egídio Álvares de Almeida, e o vice, senador Francisco de Assis Mascarenhas.

A atuação do baiano Visconde de Cairu

O baiano José da Silva Lisboa, Barão e, mais tarde, Visconde de Cairu, foi um dos políticos brasileiros de maior destaque desde a vinda da família real portuguesa para o Brasil, em 1808.

Na passagem de dom João VI pela Bahia, destacou as vantagens da abertura dos portos brasileiros às nações amigas de Portugal, o que terminaria por resultar na Carta Régia de 24 de janeiro de 1808. Foi um dos deputados constituintes de 1823, eleito pelo estado da Bahia. Senador nomeado para a 1ª Legislatura, foi contrário ao movimento que resultou na abdicação de dom Pedro I.

Pertenceu ao Partido Restaurador Caramuru, que desejava a volta do imperador. Foi forte opositor de Feijó. Durante a reforma constitucional, defendeu a vitaliciedade do mandato dos senadores. Faleceu no Rio de Janeiro no dia 20 de agosto de 1835.



Político de destaque, Visconde de Cairu opôs-se à abdicação de dom Pedro I

REPRODUÇÃO/PEDRO FORTES

A trajetória do senador Padre Antônio Feijó

Diogo Antônio Feijó ordenou-se padre em 1807. Dedicou-se ao sacerdócio e ao magistério no interior de São Paulo. Em Itu, passou a participar da política, elegendendo-se deputado junto às Cortes Gerais de Lisboa, em 1821. Chocou as cortes ao discursar em favor da independência do Brasil e teve de fugir para Londres. Voltou com o país já independente.

Ministro da Justiça da Regência Trina Permanente, criou a Guarda Nacional e angariou apoio da aristocracia rural. Em 1833, foi nomeado senador e eleito presidente do Senado. Tornou-se regente do Império em 1835. Enfrentou várias revoltas e renunciou em setembro de 1837, e voltou a presidir a Casa em 1839. Faleceu em 1843, logo após ter sido absolvido por participar da Revolta Liberal de São Paulo.



Padre Feijó chocou as cortes ao discursar pela independência do Brasil

REPRODUÇÃO/PEDRO FORTES



Governo de dom Pedro I foi marcado por grave crise econômica e durou nove anos

REPRODUÇÃO/GERALDO MAGELA

Dom Pedro I abdica e as regências entram em cena

"Augustos e digníssimos representantes da nação brasileira: está encerrada a sessão." Inusitadamente, com essas palavras dom Pedro I encerrou os trabalhos legislativos de 1829, enquanto deputados e senadores presentes esperavam um discurso que diminuísse as tensões nacionais.

À grave crise econômica, juntavam-se acusações de descumprimento da Constituição. Em 1830, a situação se agravou com o assassinato do jornalista Líbero Badaró, ferrenho crítico do governo. Como solução, o monarca nomeou, em março de 1831, o "Ministério Brasileiro", mas, poucos dias depois, o dissolveu, reunindo antigas figuras do reinado no chamado "Gabinete dos Marqueses". Os liberais, entre eles o senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, pressionaram que o imperador suspenderia direitos políticos. Resolveram protestar e pedir a reintegração do ministério anterior. Mais de 2 mil pessoas se juntaram no Campo de Santana (RJ). Pressionado, dom Pedro I abdicou na madrugada de 7 de abril de 1831 em favor de seu filho de cinco anos.

No prédio do Senado, às

10h da manhã, parlamentares elegeram, como determinava a Constituição, uma regência provisória, composta pelo senador José Joaquim Carneiro de Campos (Marquês de Caravelas), pelo senador Vergueiro e pelo brigadeiro Francisco de Lima e Silva. Em 17 de junho, a Assembléia Geral elegeu a Regência Permanente, composta por João Bráulio Muniz, José da Costa Carvalho e o brigadeiro Lima e Silva.

Em 1834, as regências passaram a ser unas e o senador Padre Diogo Antônio Feijó foi eleito, em 1835, o primeiro regente. O segundo e último regente foi o senador Pedro de Araújo de Lima.

Luta de Feijó pela extinção do Senado não tem êxito

Os debates sobre mudanças na Constituição ocorriam desde a abdicação de dom Pedro I. Os liberais exaltados, ou "jurujubas", liderados por Feijó, passaram a conspirar em prol de uma reforma. Em 31 de julho de 1832, reunidos em Pouso Alegre (MG), eles propuseram, entre outras coisas, a transformação da Câmara dos Deputados em Assembléia Nacional. A proposta inicial era a extinção do Senado, mas predominou a posição de transformá-lo em um órgão figurativo sem poderes.

A chamada "Constituição de Pouso Alegre" e o golpe foram malogrados, pois não contaram com o apoio dos liberais moderados, que temiam uma ditadura de Feijó. Porém, uma reforma ocorreu em outubro de 1832.

Os moderados ganharam as eleições de 1833. Um dos principais pontos da discussão, a extinção da vitaliciedade dos membros do Senado, não obteve apoio. Em 12 de agosto de 1834, o Ato Adicional fixou as seguintes modificações: criação do município neutro no Rio de Janeiro; supressão

definitiva do Conselho de Estado; e regência una com mandato de quatro anos.

Dom Pedro II tem maioria antecipada

A discussão de antecipar a maioria de dom Pedro II foi trazida à baila pelos liberais no fim de 1839.

Em 22 de julho de 1840, o recém-empossado ministro do Império, Bernardo Pereira de Vasconcelos, adiou as reuniões da Câmara dos Deputados para novembro daquele ano.

Deputados liberais resolveram abandonar a Câmara e se dirigiram ao Senado. Seguidos por milhares de pessoas, chegaram à rua do Senado e uma comissão de senadores (Vergueiro, Holanda Cavalcanti e José Martiniano de Alencar) se dirigiu ao jovem Pedro para pedir que assumisse o governo na tentativa de superar os problemas nacionais.

No dia seguinte, no Paço do Senado, o senador Francisco Vilela Barbosa, Marquês de Paranaguá, presidiu a Assembléia e declarou dom Pedro II maior e no pleno exercício de seus direitos constitucionais.

HISTÓRIA BRASILEIRA – CRONOLOGIA 1822-1841

7/9/1822	Dom Pedro I proclama a independência do Brasil
3/5/1823	Instalação da primeira Assembléia Constituinte
12/11/1823	Dissolução da Assembléia Constituinte (14 deputados são presos)
13/11/1823	Criação do Conselho de Estado, encarregado, entre outras coisas, de elaborar o projeto de Constituição
25/3/1824	Carta Constitucional de 1824 é outorgada
6/5/1826	Primeira sessão legislativa da Assembléia Geral, presidida por dom Pedro I
12-14/3/1831	Noites das Garrafadas, conflitos entre brasileiros nacionalistas e portugueses favoráveis a dom Pedro I
7/4/1831	Abdicação de dom Pedro I e eleição da Regência Trina Provisória
12/10/1835	Posse do senador Feijó como regente do Império, vencedor de eleições diretas
1835-1840	Cabanagem, no Grão-Pará
1835-1845	Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul
6/11/1836	Proclamação da República do Piratini (RS)
1837-1838	Sabinada, na Bahia
19/9/1837	Renúncia de Feijó
22/4/1838	Eleição direta confirma o senador Pedro de Araújo Lima regente do Império
1838-1841	Balaiada, no Maranhão
23/7/1840	Proclamação da maioria de dom Pedro II
18/7/1841	Coroação de dom Pedro II

Tempo de guerras e de revoltas

O Segundo Império se iniciou marcado pelas diversas revoltas regionais contra o poder central, época de turbulência em que o Senado desempenhou papel primordial na manutenção da estabilidade política e manutenção

da integridade do território nacional, com destaque para a atuação do Duque de Caxias. Depois de atritos com liberais, dom Pedro II implantou o sistema parlamentarista e quase todos os “primeiros-ministros” (presidentes do Conselho) até 1889 foram senadores.

Vitória liberal levou à dissolução da Câmara

No dia seguinte à decretação de sua maioria, dom Pedro II nomeou seu primeiro Ministério Liberal, foi chamado de “Ministério dos Irmãos” – composto pelos irmãos Antônio Carlos e Martim Francisco de Andrada, e pelos irmãos Paulo e Holanda Cavalcanti – e durou pouco mais de um mês, vítima do clientelismo e da precipitação dos liberais, que demitiram 14 presidentes de província, além de juízes de paz e funcionários públicos. Esse ministério foi substituído

Alijados do poder, os liberais se revoltaram, mas foram contidos por Caxias

por um gabinete conservador, que aproveitou a maioria que ainda tinha nas Câmaras para aprovar a volta do Conselho de Estado e a reforma do Código de Processo Criminal de 1832, centralizando no Ministério da Justiça os poderes policiais das províncias.

Diante de uma imensa vitória liberal nas eleições de 1841, dom Pedro II é convencido a dissolver

a Câmara dos Deputados em 1º de maio de 1842.

A dissolução marcou o auge do descontentamento dos liberais, afastados do poder. Inconformados com a “ditadura” que se estendeu até 1843, liberais paulistas, liderados por Rafael Tobias de Aguiar e pelo senador Feijó, e mineiros, liderados por Teófilo Otoni, se revoltaram em armas.

Para a chefia das tropas, o imperador nomeou Luís Alves de Lima e Silva, então Barão de Caxias, que rapidamente sufocou as duas rebeliões, aprisionando os revoltosos.

Senado assegura estabilidade do país

O Senado teve papel de destaque no Segundo Império, a tal ponto que o próprio dom Pedro II dizia que, se não fosse monarca, gostaria de ser senador. A Casa funcionava como mantenedora da estabilidade do país.

Vários senadores defendiam a adoção de um parlamentarismo baseado no modelo inglês e, em 20 de julho de 1847, dom Pedro II assinou o Decreto 523, que

criava a presidência do Conselho de Ministros, dando origem a uma fase de parlamentarismo clássico no Brasil.

Em vez de escolher todos os seus ministros, o imperador escolhia apenas o presidente do Conselho – o primeiro-ministro –, e este, por sua vez, escolhia os demais ministros de seu gabinete, que deveria ter a aprovação da Câmara dos Deputados.

O auge do sistema parlamentarista ocorreu entre 1853 e 1856, no gabinete do senador Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês de Paraná, que implantou um “Ministério de Conciliação”, com liberais e conservadores. Até 1889, com a Proclamação da República, os primeiros-ministros foram quase todos senadores. Diferentemente da Câmara, o Senado funcionou ininterruptamente no período.

Caxias chega a duque vencendo batalhas no Brasil e no exterior

Por sua atuação na pacificação da Balaiada, no Maranhão, firmada na cidade de Caxias, em 1841, o então coronel Luís Alves de Lima e Silva recebeu o título de Barão de Caxias. Após encerrar dez anos de lutas da Revolução Farrroupilha, foi nomeado conde e senador pelo Rio Grande do Sul, em 1846.



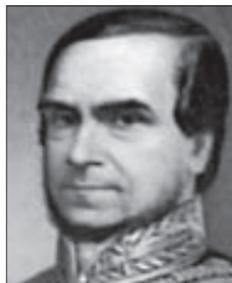
Duque de Caxias

Caxias debelou ainda as revoltas liberais de São Paulo e Minas Gerais de 1842. Em 1851, obteve a rendição do uruguaio Oribe. Em 1866, o já Marquês de Caxias assumiu o comando das tropas contra o Paraguai. Após tomar Assunção, em 1869, recebeu o título de duque. Primeiro-ministro por três vezes, costumava dizer que o Senado era o *front* de uma “guerra de alfinetes”.

Marquês de Paraná, o líder do Ministério da Conciliação

Honório Hermeto Carneiro Leão, o Marquês de Paraná, tornou-se ministro da Justiça em 1832, alcançando sua primeira grande vitória ao evitar a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, como pretendia o senador Padre Feijó, e foi nomeado senador por Minas Gerais em 1842. Em 1849, assumiu a presidência de Pernambuco, para debelar os últimos focos da Revolução Praieira.

Ocupou a presidência do Conselho de Ministros a partir de 1853. Desde o início, resolveu estabelecer a “política de conciliação”, em que o gabinete era composto por membros liberais e conservadores. Mesmo após sua morte, que causou grande comoção popular em 1856, o Ministério de Conciliação foi mantido até maio do ano seguinte.



Marquês de Paraná



O jovem imperador dom Pedro II enfrentou e sufocou, com o apoio de Caxias, várias revoltas separatistas em diversas províncias do país

Rebeliões no RS e em PE encerram período de tensão

A antecipação da maioria de dom Pedro II não arrefeceu as animosidades no Sul do país e uma anistia oferecida em 1841 foi recusada pelos rebeldes.

Em 1842, o experiente general Luís Alves de Lima e Silva, nomeado presidente da província do Rio Grande do Sul, iniciou negociações para a paz na região. Em 1845, após dez anos de lutas, foi assinada a paz em Poncho Verde. O acordo assegurou anistia aos revoltosos e incorporação dos soldados rebeldes ao Exército Imperial. Por sua atuação, Lima e Silva foi nomeado Conde de Caxias e, em 1846, entrou para o Senado como representante gaúcho.

Quando se consideravam calmos os ânimos no país, a destituição do liberal Antônio Pinto Chichorro da Gama da presidência da província de Pernambuco foi o estopim da última revolta do Império, a Revolução Praieira, em 1848.

Em 1º de janeiro de 1849, os rebeldes lançaram um manifesto no qual reivindicavam o voto universal, a liberdade de imprensa, a garantia dos direitos individuais e o fim do Poder Moderador.

O sistema de guerrilha manteve a rebelião no interior da província até o início de 1850, quando o líder Pedro Ivo Veloso da Silveira se entregou às tropas do governo.

Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai em conflito

O Senado teve papel fundamental nas questões externas brasileiras no Segundo Império, aprovando as declarações de guerra e os orçamentos para as batalhas contra três vizinhos – Paraguai, Argentina e Uruguai. O Conselho de Estado era composto basicamente por senadores, entre eles os marqueses de Sapucaí e de Olinda e os viscondes de Abaeté e do Rio Branco.

Também na crise entre Brasil e Inglaterra com relação ao tráfico de escravos foi primordial a negociação feita pelo Senado, que terminou pela aprovação das leis Eusébio de Queirós, de 1850, proibindo o tráfico, e Nabuco de Araújo, de 1854, punindo severamente aqueles que apoiassem o comércio negreiro.

Manter livre a navegação no rio da Prata e impedir as constantes invasões e saques a propriedades no Rio Grande do Sul levaram, em 1851, o governo imperial, com a aprovação do Senado, a declarar guerra contra Manuel Oribe, líder uruguaio. As tropas de Caxias venceram Oribe e, depois, seu aliado, o presidente argentino Juan Manuel Rosas.



Mapa de 1873 mostra o Cone Sul logo após a Guerra do Paraguai

Em 1864, o Brasil declarou novamente guerra, dessa vez ao presidente uruguaio Atanásio Aguirre, do Partido Blanco. Em poucos meses de luta as tropas do general brasileiro Mena Barreto derrubaram Aguirre.

O projeto de um “Paraguai Maior”, incluindo territórios argentinos, brasileiros e uruguaios, fez com que o presidente Francisco Solano Lopez iniciasse a invasão dos vizinhos em 1864. Foram mais de cinco anos de luta na Guerra do Paraguai até a morte de Lopez, em 1º de março de 1870.

HISTÓRIA BRASILEIRA – CRONOLOGIA 1841-1870

1º/5/1841	Dom Pedro II dissolve a Câmara
17/5/1842	Início da revolta liberal em São Paulo, liderada por Feijó e Tobias de Aguiar, derrotada por Caxias
10/6/1842	Início da revolta liberal em Minas Gerais, liderada por Teófilo Otoni, também sufocada por Caxias
1º/3/1845	Caxias anuncia o fim da Guerra dos Farrapos no Rio Grande do Sul
8/8/1845	Parlamento inglês aprova o Bill Aberdeen, proibindo o tráfico de escravos no oceano Atlântico
1846	O então Conde de Caxias é nomeado senador pelo Rio Grande do Sul
1847	Início do parlamentarismo com a criação do cargo de presidente do Conselho de Ministros
1848-1849	Revolução Praieira, em Pernambuco
4/9/1850	Aprovada a Lei Eusébio de Queirós, proibindo o tráfico de escravos
1851-1852	Guerra contra Oribe (Uruguai) e Rosas (Argentina)
1853	Início da chamada “política da conciliação”, uma iniciativa do senador Marquês de Paraná
1864	Guerra contra Aguirre (Uruguai)
1864-1870	Guerra do Paraguai

Fim da escravidão e do Império

Após anos de lutas pela pacificação do país, o Segundo Império se vê diante da principal mácula da história brasileira: a escravidão. Por orientação de dom Pedro II, os senadores buscam formas para que a abolição aconteça sem

“arruinar” a economia. Enquanto isso, as bases da monarquia se fragilizam: a Igreja descontente com a influência da Maçonaria, os militares seduzidos pelos ideais republicanos e, por fim, os latifundiários revoltados pela libertação da mão-de-obra servil.

Abolição da escravatura demorou meio século e teve apoio decisivo do imperador

Quando finalmente a princesa Isabel, regente numa das ausências do pai imperador, assinou a Lei 3.353 – conhecida como Lei Áurea –, em 13 de maio de 1888, o senador Francisco Gê Acaiaba de Montezuma, Visconde de Jequitinhonha, ressaltou que, dali a 20 anos, a escravidão estaria extinta.

O debate abolicionista foi lento e, muitas vezes, acalorado. Desde a proibição do tráfico negreiro, pela Lei Eusébio de Queirós, se passaram quase quatro décadas, mas a discussão remontava à Independência. Em 1831, já se havia aprovado lei extinguindo o tráfico, que não passou de letra morta.

Dom Pedro II apoiava a causa abolicionista, mas era a favor de uma “libertação gradativa”. Em 1867, na sua “Fala do Trono”, na abertura dos trabalhos legislativos, afirmou ter interesse em resolver a questão servil. “A parte que cabe ao imperador em tudo o que se executou pela causa da libertação é muito grande, é essencial”, destacaria o grande abolicionista, deputado Joaquim Nabuco.

Lei do Ventre Livre é promulgada

Em 1871, o senador José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco, designado primeiro-ministro, resolveu incluir em seu programa de governo a questão dos escravos. Em 28 de setembro, a princesa Isabel promulgou a Lei Rio Branco, mais conhecida como Lei do Ventre Livre, que declarou libertos a partir daquela data os filhos de escravas, além de reconhecer personalidade jurídica aos escravos – o que lhes dava direito a ter bens e deixá-los

João Alfredo, abolicionista e monarquista

Durante 15 meses, o senador João Alfredo Correia de Oliveira chefiou o penúltimo gabinete do Império, responsável pela libertação dos escravos. Abolicionista e monarquista, foi escolhido senador por Pernambuco em 1877 e destacou-se na luta pela expansão do sistema educacional, com ensino primário obrigatório, e pela criação de escolas profissionalizantes e de bibliotecas públicas. Em 1888, evitou a cisão do Partido Conservador, que seria favorável aos republicanos. Sem apoio, demitiu-se da chefia do Conselho de Estado, perto do fim do Império, em 1889.



Na gravura de Johann-Moritz Rugendas, senhor pune seu escravo com palmatória, cena comum no Brasil ao tempo do Império

aos herdeiros.

Após a fundação da Confederação Abolicionista, em 1883, e a libertação dos escravos na província do Ceará, em 1884, a questão é acirrada. No 14º aniversário da Lei do Ventre Livre, dom Pedro II sancionou a Lei dos Sexagenários, cujo texto era de autoria de dois senadores, o primeiro-ministro afastado José Antônio Saraiva e o então presidente do Conselho de Estado, João Maurício Wanderley II, o Barão de Cotegipe. Pela lei, todo escravo que completasse 60 anos de idade seria automaticamente liberto.

Abolição aprovada em apenas dois dias

O penúltimo gabinete do Império foi organizado pelo senador

Barão de Cotegipe, libertação com indenização

Escolhido senador pela Bahia em 1856, José Maurício Wanderley II, o Barão de Cotegipe, foi presidente do Senado, entre 1882 e 1885, e presidente do Conselho de Estado, entre 1885 e 1888. Foi co-autor, juntamente com o senador José Antônio Saraiva, da Lei dos Sexagenários. Foi defensor ferrenho do pagamento de indenização aos senhores de escravos, para que se efetivasse uma abolição total da escravatura, sem que houvesse a “ruína da economia nacional”. Em seu gabinete, instituiu a Tarifa Belisário, em 1887, que defendia os produtores e industriais brasileiros da concorrência estrangeira.

João Alfredo Correia de Oliveira em 10 de março de 1888. A abolição já estava para acontecer. “Confio em que não hesitarei de apagar do direito pátrio a única exceção que nele figura”, afirmou a princesa Isabel em sua Fala do Trono daquele ano.

Na sessão de 8 de maio, o senador Rodrigo Augusto da Silva, ministro da Agricultura, apresentou o projeto com apenas dois artigos, que extinguiu a escravidão no país. Votado no mesmo dia, teve apenas 12 votos contrários na Câmara dos Deputados.

Dois dias depois, o Senado aprovou o projeto, com o voto contrário de apenas cinco senadores. Num domingo, 13 de maio, pouco depois das 15h, a princesa Isabel sancionou a Lei Áurea e deu fim à escravidão.

Igreja adere à República e Exército derruba a Monarquia

“Ganhou a partida, mas perdeu o trono”, ironizou o senador Barão de Cotegipe ao ser destituído do cargo de primeiro-ministro pela princesa Isabel. A abolição da escravatura é considerada por muitos o último ato do Império brasileiro. Sem apoio nem mesmo dos latifundiários, restava à família imperial aguardar a República, que viria em 15 de novembro de 1889.

A liberdade de imprensa dada pela Constituição de 1824 e exaltada pelo imperador chegou ao máximo com a publicação do jornal *A República*, no qual divulgou-se, em 3 de dezembro de 1870, o Manifesto Republicano, com críticas incisivas ao regime monárquico e aos poderes concentrados nas mãos do imperador.

Em 1873, realizou-se a primeira convenção republicana, em Itu (SP). Em 1885, foram eleitos os três primeiros deputados republicanos: Álvaro Botelho e os futuros presidentes da República Campos Sales e Prudente de Moraes.

Ideais republicanos conquistam os católicos

O catolicismo era a religião oficial do Brasil, segundo a Constituição de 1824. Padres eram funcionários públicos, recebendo salários do Tesouro e obedecendo às ordens do imperador. Após o apoio direto da Maçonaria ao abolicionismo, os bispos de Olinda (PE) e de Belém determinaram que os maçons fossem expulsos dos quadros de suas dioceses.

Em 1874, os bispos foram presos por ordem do Conselho de Estado. O senador Cândido Mendes de Almeida, o Viscon-

de de Vieira da Silva, assumiu a defesa judiciária de ambos e perdeu a causa, com os réus sendo condenados a quatro anos de trabalhos forçados. A anistia veio no ano seguinte por sugestão do senador Duque de Caxias, então primeiro-ministro, mas não foi suficiente para evitar que muitos membros da Igreja passassem a considerar a República como uma forma de libertação das amarras imperiais.

Militares, responsáveis diretos pela derrocada

Em 1884, o governo determinou que, de acordo com os regulamentos, os militares eram proibidos de discutir assuntos políticos pela imprensa, exceto com autorização expressa do ministro da Guerra. O Exército, muito influenciado por ideais republicanos, passou a ser o responsável direto pela queda do Império.

O golpe militar contra a Monarquia estava previsto para 20 de novembro de 1889. O descontentamento do Exército era imenso, especialmente depois de dom Pedro II nomear um gabinete conservador, sob o comando do senador Afonso Celso de Assis Figueiredo, o Visconde de Ouro Preto. O primeiro-ministro era um opositor antigo a várias causas militares.

Em 14 de novembro, contudo, a notícia de que Benjamin Constant e o marechal Deodoro da Fonseca seriam presos precipitou o movimento. A resposta veio pela antecipação do golpe para 15 de novembro. Sob o comando de Deodoro, tropas depuseram o gabinete e, à tarde, foi proclamada a República.

HISTÓRIA BRASILEIRA – CRONOLOGIA 1870-1889

03/12/1870	Publicação do Manifesto Republicano
28/9/1871	Promulgada a Lei Rio Branco, ou Lei do Ventre Livre, declarando livres todos os filhos de escravas nascidos a partir desse dia
28/12/1872	Dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira, bispo de Olinda, exige a expulsão dos maçons das ordens religiosas de sua diocese
25/3/1873	Dom Antônio de Macedo Costa, bispo de Belém, expede pastoral contra a inclusão de maçons nos quadros das irmandades religiosas
12/6/1873	Ordem do Conselho de Estado exige que o bispo de Olinda reconsidere seu interdito à Maçonaria
2/7/1873	Realização do 1º Congresso do Partido Republicano Paulista
2/1/1874	Prisão do bispo de Olinda
28/4/1874	Prisão do bispo de Belém
17/9/1875	Anistia aos bispos presos no ano anterior
25/3/1884	Libertação dos escravos no Ceará
1884	Militares são proibidos de se manifestar pela imprensa
28/9/1885	Promulgada a Lei Saraiva-Cotegipe, ou Lei dos Sexagenários
13/5/1888	Promulgada a Lei 3.353, ou Lei Áurea
15/11/1889	Proclamação da República pelo marechal Deodoro da Fonseca

O conturbado início republicano

Uma sucessão de golpes marcou os primeiros anos de República no Brasil. Em fevereiro de 1891 foi promulgada a primeira Constituição republicana. Mas dois anos depois, o marechal Deodoro da Fonseca fechou o Congresso e

decretou estado de sítio. Após uma série de golpes, e do governo de Prudente de Moraes, Campos Sales dá início à “política do café-com-leite”, com três tentativas frustradas do então senador Rui Barbosa de chegar à Presidência da República.

Dissolução do Congresso por Deodoro

Proclamada a República, o marechal Manoel Deodoro da Fonseca chefiou o governo provisório que duraria até a conclusão da Constituição promulgada em 24 de fevereiro de 1891. Dois nomes foram destaques na Assembléia Constituinte: o de seu presidente, senador Joaquim Saldanha Maranhão, e o do senador Rui Barbosa de Oliveira, autor de mais de 80% dos artigos, incluindo o que alterou o nome de Câmara de Senadores para Senado.

Mas o governo republicano começou a decepcionar. “Esta não é a República dos meus sonhos”, afirmou Saldanha Maranhão.

Golpes marcaram a alvorada da República

Deodoro resolveu acabar com a oposição que tinha no Congresso, dissolvendo-o em 3 de novembro. Tentou então um golpe de Estado, mas, sem apoio, renunciou em 23

de novembro de 1891.

O vice-presidente marechal Floriano Vieira Peixoto, ex-senador constituinte por Alagoas, deveria assumir apenas para convocar novas eleições. Ao interpretar em causa própria um artigo da Constituição, decidiu manter-se no poder. Com isso, a República que havia sido proclamada por um golpe militar, enfrentou o terceiro golpe. O senador Rui Barbosa, ao questionar a atitude de Floriano, acabou tendo de se exilar.

Já no poder, Floriano afastou os interventores dos estados que haviam apoiado

o golpe de Deodoro. Diversas rebeliões sucederam nas províncias, exigindo o retorno do velho marechal ao poder, mas Floriano, o Marechal de Ferro, sufocou os revoltosos e governou por três anos.



Vice-presidente, Floriano interpretou Constituição: em vez de convocar eleições, manteve-se no poder

REPRODUÇÃO/PEDRO FORTES

HISTÓRIA BRASILEIRA – CRONOLOGIA 1889-1930

15/11/1889	Proclamação da República pelo marechal Deodoro da Fonseca, que assume o governo provisório
21/12/1889	Convocação da Assembléia Constituinte
24/2/1891	Promulgação da primeira Constituição republicana
25/2/1891	Eleição pelo Congresso: eleitos o presidente da República, marechal Deodoro, e o vice, marechal Floriano Peixoto
3/11/1891	Deodoro dissolve o Congresso e decreta estado de sítio
23/11/1891	Deodoro renuncia à Presidência; assume Floriano Peixoto
1894-1896	Governo do paulista Prudente de Moraes, que se afasta, em 10/11/1896, por motivo de saúde
1896-1897	Durante cerca de quatro meses, assume o vice, o baiano Manuel Vitorino, que se empenha em derrotar os habitantes de Canudos
1897-1898	Em 3/3/1897, Prudente de Moraes reassume a Presidência
1898-1902	Governo do paulista Campos Sales, início da política do “café-com-leite”, a hegemonia de paulistas e mineiros na Presidência
1906-1909	Governo do mineiro Afonso Pena, que falece em 14/6/1909
1909-1910	Assume o vice, Nilo Peçanha, para completar o mandato
8/9/1915	Assassinato do senador gaúcho Pinheiro Machado no Rio de Janeiro
14/11/1918	Rodrigues Alves, eleito para um segundo mandato, convalesce de gripe espanhola e decide passar o mandato para seu vice
1918-1919	Governo do mineiro Delfim Moreira, primo de Venceslau Braz, que assume para convocar novas eleições
1926-1930	Governo do “fluminense” Washington Luís, cuja carreira política fora feita em São Paulo
7/9/1926	Reforma da Constituição é promulgada e fortalece governo central
1º/3/1930	Júlio Prestes derrota o gaúcho Getúlio Vargas
26/7/1930	Assassinato de João Pessoa, candidato a vice na chapa derrotada de Getúlio Vargas, é o estopim da Revolução de 30

Duas décadas e meia de “café-com-leite”

Na busca de sanear a economia do Brasil e controlar a política nacional, o presidente Manuel Ferraz de Campos Sales firmou o que ele próprio chamava de “política dos estados”, mas que, na realidade, era uma “política dos governadores”.

Esse arranjo consistia num acordo entre o Executivo federal e os presidentes (como eram então denominados os governadores) dos estados em que somente os candidatos ao Parlamento indicados pelos governadores teriam apoio federal. Em contrapartida, deputados e senadores apoiariam as iniciativas do governo federal. A fórmula foi mantida sob o predomínio de presidentes da República paulistas e mineiros, daí ter passado à história como política do café (que representava São Paulo) com leite (em referência a Minas).

A decisão sobre qual seria o candidato à sucessão quase sempre foi tomada no Palácio do Senado, em reunião com a presença do presidente da República e dos

governadores de Minas Gerais e de São Paulo. O nome do indicado era passado para os congressistas, que geralmente ratificavam a escolha.

O primeiro presidente a ser escolhido, em 1902, foi o então governador de São Paulo, Rodrigues Alves, candidato oficial de Campos Sales. Para sua sucessão, em 1906, foi designado o senador mineiro Afonso Pena, presidente do Senado e vice-presidente da República. Entre 1909 e 1914 houve um breve hiato, pois o fluminense Nilo Peçanha, então vice-presidente, assumiu para concluir o mandato.

“A pena contra a espada” na República Velha

Apoiado pelo senador general Pinheiro Machado (RS), o ex-ministro da Guerra de Afonso Pena, marechal Hermes da Fonseca, lançou sua candidatura à Presidência. As eleições de 1910 seriam marcadas pela divisão entre “militaristas” e “civilistas”, estes em prol do senador Rui Barbosa. O temor de

se votar contra os interesses dos chefes políticos locais em eleições com voto “a descoberto” – assim chamado por não haver uma cabine de votação que garantisse o voto secreto – facilitou a vitória do marechal.

Em 1914 voltou o “café-com-leite”: o senador mineiro Venceslau Braz foi candidato único. O mesmo se passou com Rodrigues Alves, eleito para seu segundo mandato em 1918. Vitimado pela gripe espanhola, ele renunciou em favor de seu vice, o mineiro Delfim Moreira.

Em 1919, o senador Rui Barbosa sairia derrotado novamente ao enfrentar o senador paraibano Epitácio Pessoa. Já em 1922, o governador mineiro Arthur Bernardes venceu Nilo Peçanha, candidato de gaúchos e cariocas. Na sucessão, o senador Washington Luís, ex-governador de São Paulo, venceria o pleito de 1926.

O último eleito pela “política do café-com-leite” foi o então governador de São Paulo, Júlio Prestes. Antes que assumisse, a Revolução de 30 derrubou Washington Luís e, com ele, a República Velha.

Sem voto secreto, eleitores tinham medo de ir contra interesses dos líderes políticos

POLÍTICA DO “CAFÉ-COM-LEITE”

ELEIÇÕES	PRESIDENTES ELEITOS	CANDIDATOS DERROTADOS
1894	Prudente de Moraes (SP)	-
1898	Campos Sales (SP)	Lauro Sodré (PA)
1902	Rodrigues Alves (SP)	Quintino Bocaiúva (RJ)
1906	Afonso Pena (MG) *	-
1910	Hermes da Fonseca (RS)	Rui Barbosa (BA)
1914	Venceslau Braz (MG)	Rui Barbosa (BA) **
1918	Rodrigues Alves (SP) ***	-
1919	Epitácio Pessoa (PB)	Rui Barbosa (BA)
1922	Arthur Bernardes (MG)	Nilo Peçanha (RJ)
1926	Washington Luís (RJ)	-
1930	Júlio Prestes (SP) ****	Getúlio Vargas (RS)

* Faleceu em 1909, assumindo o vice, Nilo Peçanha (RJ).

** Apesar de ter desistido da disputa, ainda recebeu 47 mil votos.

*** Antes de assumir, renunciou por motivo de doença em favor do vice, Delfim Moreira, governador de MG.

**** Não assumiu, em virtude da Revolução de 1930.

Rui Barbosa, expoente do Senado por quase três décadas, é patrono da Casa

Advogado, jornalista, jurista, político, diplomata, ensaísta, orador e segundo presidente da Academia Brasileira de Letras, o baiano Rui Barbosa de Oliveira foi o maior expoente do Senado brasileiro em todos os tempos.

Eleito para a Assembléia Constituinte, seus conselhos prevaleceram nas linhas fundamentais da Constituição de 1891. Resistindo à manutenção no poder de Floriano Peixoto, por meio de um autogolpe em 1893, Rui Barbosa foi obrigado a se exilar. Restaurada a ordem no Brasil, retornou em 1895 e assumiu o mandato no Senado, para o qual foi sucessivamente reeleito até à morte.

Candidato a presidente da República, foi derrotado nos pleitos de 1910, 1914 e 1919, por nunca

Pinheiro Machado, o caudilho assassinado a punhaladas

Ao final da tarde de 8 de setembro de 1915, o senador gaúcho general José Gomes Pinheiro Machado foi assassinado com punhaladas nas costas ao entrar no Hotel dos Estrangeiros, no Rio de Janeiro. O nome do mandante foi enterrado, em 1950, com o assassino Manso de Paiva.

Militar desde que voluntariamente lutou na Guerra do Paraguai, era um caudilho e político hábil, que manipulou por várias vezes o destino da República. Com a vitória do marechal Hermes da Fonseca, em 1910, tornou-se o nome mais poderoso da política brasileira de então. Traçou seu caminho rumo à Presidência,

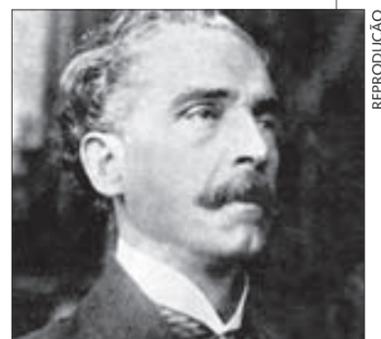


Ao questionar a atitude do marechal Floriano Peixoto, Rui Barbosa foi exilado

REPRODUÇÃO/STF

contar com o apoio das oligarquias locais, as quais sempre combateu. Faleceu em 1923.

É o patrono do Senado, e seu busto observa, de cima da Mesa diretora, os trabalhos do Plenário da Casa em Brasília.



Machado ficou conhecido também por seus embates com Rui Barbosa no Senado

REPRODUÇÃO

mas, em 1914, viu mineiros e paulistas se decidirem pelo nome de Venceslau Braz, frustrando suas expectativas. Passou, então, para a oposição.

Era Vargas reduz papel do Senado

Com a Revolução de 30, chega ao poder uma das figuras mais marcantes da história política do Brasil. Getúlio Vargas assume o Governo Provisório com um Congresso dissolvido. Depois de enfrentar a oposição da elite paulista, o

presidente convoca eleições para a Constituinte, que acaba por reduzir as competências do Senado. Em 1937, Vargas outorga a quarta Constituição do país, extinguindo a Casa. Surge então o Estado Novo, que dura até 1945.

Senadores por apenas dois anos e meio

No período de quase 16 anos, desde sua dissolução pelo Decreto 19.398, em novembro de 1930, até o fim do trabalho da Constituinte e a abertura da sessão do Senado de 1946, a Casa funcionou apenas dois anos e meio, entre 1935 e 1937.

Em 1930, todos entenderam que a dissolução do Congresso marcava o rompimento com a Velha República, mas passado mais de um ano desde a revolução, Getúlio Vargas, chefe do Governo Provisório, ainda não havia convocado novas eleições. São Paulo liderou então a oposição a Vargas.

Sob a exigência da imediata convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, as elites paulistas organizaram manifestações que culminaram em rebelião armada iniciada em 9 de julho de 1932. Depois de quase três meses de luta, os paulistas se renderam. A revolta, contudo, serviu de alerta para Getúlio, que convocou eleições constituintes para maio de 1933.

Instalada a Constituinte em novembro de 1933, oito meses depois foi promulgada a nova Constituição, em 16 de julho de 1934. Entre as mudanças trazidas



Vargas convocou Constituinte pressionado por opositores

pela Carta, o Senado Federal teve suas competências restringidas, colocado como um colaborador da Câmara dos Deputados. O número de senadores por estado foi reduzido de três para dois.

Em suas Disposições Transitórias, a Carta determinava a transformação da Constituinte em Câmara dos Deputados, acumulando as funções do Senado, até que ambas as Casas se organizassem. O Senado, com suas novas funções e estrutura, foi instalado em 2 de maio de 1935, presidido pelo senador baiano Antônio Garcia de Medeiros Neto, do Partido

Social Democrático (PSD).

Dissolução do Senado e o Estado Novo

A Intentona Comunista, em novembro de 1935, levou Getúlio Vargas a propor estado de sítio por 30 dias. Nos debates que ocorreram então no Senado, parlamentares ressaltavam que a medida deveria ser tomada apenas pelas dificuldades do momento. Mas ela foi apenas o início da ditadura encabeçada por Vargas.

O Congresso aprovava, também em 1935, a Emenda nº 1 à Constituição, admitindo a chamada "comoção interna grave", equiparada ao estado de guerra, cuja decretação suspendia as garantias constitucionais. Em outubro de 1937, o Congresso decretou estado de guerra.

Em 10 de novembro de 1937, Getúlio outorgou a quarta Constituição brasileira. O Senado foi extinto e surgiu o Estado Novo, mantido até a deposição do presidente, em 29 de outubro de 1945.

No Palácio Monroe, onde funcionava o Senado, foi instalado o Ministério da Justiça, responsável também pela censura e propaganda oficiais.

HISTÓRIA BRASILEIRA – CRONOLOGIA 1930-1946

3/10/1930	Início da Revolução de 30, liderada por Getúlio Vargas, no Rio Grande do Sul
24/10/1930	Vitória da revolução e deposição do presidente Washington Luís
3/11/1930	Getúlio torna-se chefe do Governo Provisório
11/11/1930	Congresso Nacional é dissolvido pelo Decreto 19.398.
9/7/1932-1º/10/1932	Revolução Constitucionalista de São Paulo
7/10/1932	Criada a Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento fascista liderado por Plínio Salgado
3/5/1933	Eleições para a Constituinte
15/11/1933	Início dos trabalhos da Constituinte
16/7/1934	Promulgada a Constituição de 1934, terceira do país
17/7/1934	Getúlio é eleito presidente pela Constituinte
30/3/1935	Lançada a Aliança Nacional Libertadora (ANL), reunindo correntes antifascistas e liderada pelo comunista Luís Carlos Prestes
4/4/1935	Aprovada a Lei de Segurança Nacional, dando amplos poderes repressores a Getúlio
11/7/1935	A ANL é declarada ilegal
23-27/11/1935	Intentona Comunista
25/11/1935	Decretado estado de sítio
1º/10/1937	Aprovado o estado de guerra pelo Congresso, suspendendo garantias constitucionais
10/11/1937	Getúlio decreta o Estado Novo, outorga a quarta Constituição do país e dissolve o Congresso Nacional
10/3/1938 e 10/5/1938	Tentativas de golpe integralista são reprimidas
18/4/1945	Anistia aos presos políticos brasileiros
29/10/1945	Getúlio Vargas é deposto
30/10/1945-31/1/1946	A Presidência da República é exercida pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), José Linhares

REPRODUÇÃO



Revolução Constitucionalista de São Paulo teve origem nas manifestações organizadas pela elite e, apesar de derrotada, serviu de alerta para que Getúlio Vargas convocasse eleições constituintes

Um longo caminho até a redemocratização

A oposição a Getúlio Vargas cresceu no início da década de 40. Em resposta, ele promulgou, em 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que instituiu novo patamar para as relações trabalhistas no país.

A convocação de eleições para dezembro de 1945 e a anistia para os presos políticos, em abril do mesmo ano, não amenizaram as críticas a Getúlio, que anunciou, então, a redemocratização política após o fim da Segunda Guerra Mundial. Reorganizados os partidos políticos, foram lan-

çadas candidaturas à Presidência da República.

Em 29 de outubro de 1945, o general Góis Monteiro depõe Vargas. No dia seguinte, o presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, assumiu a Presidência da República, para transmiti-la, em janeiro de 1946, ao candidato vitorioso nas eleições, o general Eurico Gaspar Dutra, apoiado por Vargas.

Senado retoma os trabalhos em 1946

A Constituinte de 1946 foi

instalada em 2 de fevereiro. Constituída por uma maioria de representantes do PSD, de Dutra, elaborou a quinta Constituição do país, promulgada em 18 de setembro. O Senado voltou a funcionar em 24 de setembro de 1946, de novo com três representantes por estado, e a dividir o exercício do Poder Legislativo com a Câmara dos Deputados. Entre seus membros estavam o ex-presidente Getúlio Vargas, o líder comunista Luís Carlos Prestes e o jornalista Assis Chateaubriand, entre outros.

Mulheres elegem primeira representante federal

A década de 20 foi marcada pela luta das mulheres por seus direitos. Com a Revolução de 30, elas viram a chance de concretizá-los. Em 1922, no Rio de Janeiro, surgiu a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, liderada pela cientista Bertha Maria Júlia Lutz, e, em 1930, foi criada no Recife a Cruzada Feminista Brasileira. Direito ao voto, mais empregos e participação política eram as principais reivindicações.

O direito de votar e ser votada já existia no Rio Grande do Norte desde 1928, quando a pioneira Alzira Soriano foi eleita prefeita de Lajes. Somente em 1932, depois de vários protestos, a lei eleitoral – com a novidade do voto secreto – garantiu também a cidadania plena às mulheres.

Várias candidatas disputaram um mandato na Constituinte de

1933, mas apenas a médica paulista Carlota Pereira de Queiroz foi eleita. Única mulher entre 254 deputados, Carlota trabalhou por leis pelas crianças abandonadas, pela educação nacional, e pelos direitos da mulher. Ela

apresentou o primeiro projeto de criação de serviços sociais.

Nas eleições de 1936, Bertha Lutz elegeu-se deputada e pautou seu mandato na defesa de mudança da legislação referente ao trabalho da mulher e do menor. Propôs igualdade salarial, licença de três meses para a gestante e redução da jornada de trabalho, então de 13 horas. Ambas as deputadas concluíram seu mandato com o golpe de Getúlio Vargas e a instalação do Estado Novo, em 1937.

Em 10 de novembro de 1943, com a entrada em vigor da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), as mulheres passaram a ter o trabalho regulamentado e, entre outros direitos, licença-maternidade de 12 semanas (seis antes e seis depois do parto) e creches construídas pela Previdência Social.



Eleita na Constituinte de 1933, Carlota Pereira de Queiroz era a única mulher entre 254 deputados

SEC. MUN. DE CULTURA DE SÃO PAULO

A Guerra Fria e os governos “populistas”

A pesar das expectativas em torno da Constituição liberal de 1946, as atitudes ditatoriais de Dutra e a divisão do mundo entre capitalistas e comunistas representam uma ruptura com a democracia. A volta de Vargas ao poder marca o

início de governos “populistas” e nacionalistas. Em 1956, assume JK, com seu desenvolvimentismo dos 50 anos em cinco. Na seqüência, Jânio ensaia um governo controverso, renuncia e abre uma crise que começa com a posse de Jango e culmina no golpe

Dutra põe comunistas na ilegalidade

Reaberto após quase nove anos, o Senado reiniciou os trabalhos no intuito de implementar as transformações contidas na Constituição liberal de 1946. Entretanto, o governo do general Eurico Gaspar Dutra já acenara com atitudes ditatoriais ao proibir o direito à greve, e o período democrático foi rompido definitivamente pela influência da conjuntura internacional.

No início de 1947, as relações entre países capitalistas, liderados pelos Estados Unidos, e países comunistas, tendo à frente a União Soviética, começaram a se abalar. Era o começo da chamada Guerra Fria. No Brasil, as repercussões foram imediatas.

A Juventude Comunista teve suas atividades suspensas por seis meses em abril. Em 7 de maio, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que elegeu um

senador, Luiz Carlos Prestes, e 15 deputados, foi posto na ilegalidade. Nesse ano, também foi declarado oficialmente o fim das relações entre o Brasil e a União Soviética. Em janeiro de 1948, todos os parlamentares do PCB foram cassados.

Em 1949, houve ainda a tentativa de criar o Partido Popular Progressista (PPP), mas o pedido de registro da nova agremiação foi negado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com base na interpretação de que a legenda era uma organização comunista.

Governo endurece na repressão a protestos

Qualquer crítica ou protesto mais sério era recebido pelo governo Dutra como resultado de agitação comunista. A situação era tensa. Getúlio Vargas,

agora senador, enfrentava severas críticas aos 15 anos de seu governo. Deputados e senadores, especialmente os que integravam a União Democrática Nacional (UDN), ocupavam tribunas e palanques para criticar a Era Vargas, apontando-a como responsável por todos os males por que o país passava.

Farto das acusações, Getúlio Vargas recolheu-se à sua fazenda em São Borja (RS), num exílio voluntário, não para se afastar da política como muitos esperavam, mas para se recompor e sair vencedor no pleito de 1950. Confirmava-se o vaticínio que ele lançara no ano anterior, em entrevista ao jornalista Samuel Wainer: “Eu voltarei, não como líder político, mas como líder de massas”. Vargas assumiu novamente a Presidência da República em 31 de janeiro de 1951.



Luiz Carlos Prestes

direitos cassados em 1964. Foi contra a luta armada, “rachando” o PCB, quando a ala de Carlos Marighella optou pela guerrilha urbana. Viveu na União Soviética entre 1971 e 1979. Quando voltou ao Brasil, não conseguiu mais liderar o PCB. Morreu em 1990.

REPRODUÇÃO/PEDRO FORTES



Operários trabalham na construção da cúpula do Senado, em Brasília, durante o governo de JK

Populismo e nacionalismo em diferentes versões

Após a vitória de Getúlio Vargas como “pai dos pobres”, iniciou-se uma série de governos cuja marca foi o “populismo” e o nacionalismo. Nem mesmo o suicídio de Vargas em agosto de 1954 e a posse do vice-presidente Café Filho mudaram essa tendência, que prosseguiu com a vitória do governador mineiro Juscelino Kubitschek, em 1955.

Juscelino era acima de tudo um liberal, mas, com sua política desenvolvimentista, prometendo crescimento de 50 anos em cinco, teve em seu período o auge do populismo no Brasil. Em janeiro de 1961, Jânio Quadros assumiu a Presidência da República.

Jânio herdou de JK um país em acelerado processo de concentração de renda e inflação. Com seu “populismo caricato”, Jânio atacava as elites e acenava em defesa das camadas oprimidas. Após tomar posse, defendeu medidas controversas e em poucos meses teria o Congresso Nacional

como adversário. Quando rompeu com seu partido, a UDN, o governo de Jânio tinha ainda pouco tempo e já gerara grande insatisfação.

Renúncia de Jânio gera período conturbado

Entre a renúncia de Jânio, em virtude de “forças terríveis”, e o golpe de 1964, foram dois anos e meio de conturbada vida política no Brasil. À renúncia (25 de agosto de 1961) deveria se seguir a posse do vice-presidente João Goulart – Jango, como era chamado –, mas este se encontrava na China em visita oficial. Assumiu então o presidente da Câmara, deputado Ranieri Mazzilli.

Os ministros militares consideravam inconveniente a volta de Jango. Em 30 de agosto, o Congresso rejeitou o impedimento do vice-presidente e a instabilidade política se agravou. Como solução, os parlamentares aprovaram, em 2 de setembro de

1961, a Emenda Constitucional 4, estabelecendo o sistema parlamentarista de governo no país.

Em 7 de setembro, João Goulart tomou posse, indicando Tancredo Neves para a chefia do governo. O período parlamentarista acabou em janeiro de 1963, quando a população derrubou o sistema em um plebiscito.

Em 1964, Jango já não tinha mais apoio no Congresso. Suas propostas de “reformas de base” não encontraram apoio nas elites e nas camadas conservadoras.

A polarização política, típica do período de Guerra Fria, afetou profundamente o período democrático entre 1945 e 1964, em que, a cada posse presidencial, rondavam rumores de golpe. Assim, os políticos e parte da população voltaram-se para os militares como referência de estabilidade.

Em 1º de abril, Jango foi obrigado a renunciar, abrindo um período de mais de duas décadas de regime militar.

Cavaleiro da Esperança registra sua luta na história do Brasil

Luiz Carlos Prestes teve seu nome inscrito na história brasileira como o “Cavaleiro da Esperança”. Punido por sua “participação” na Revolta dos Tenentes de 1922 – um ataque de tifo o deixara acamado durante o movimento –, foi transferido para o Rio Grande do Sul, de onde iniciou, em 1925, a Grande Marcha, que ficou conhecida como a Coluna Prestes.

Em 1926, Prestes teve contato com a doutrina marxista. Aliou-se aos comunistas em 1931, seguindo para a União Soviética.

Presidente do Partido Comunista Brasileiro (PCB), foi eleito senador e participou da Constituinte em 1946, mas foi para a clandestinidade quando o registro do PCB foi cassado. Retornou à política em 1960, mas teve os

Nereu Ramos: atuação relevante em momentos delicados do país

Nereu de Oliveira Ramos, catarinense de Lajes, foi um dos políticos de maior destaque no período entre a Revolução de 1930 e o golpe de 1964. Advogado, ingressou na política como deputado estadual em 1911. Fundou o Partido Liberal Catarinense em 1927. Elegeu-se deputado federal em 1930, mas com a revolução teve seu mandato cassado.

Em 1934, foi deputado constituinte. No ano seguinte, elegeu-se governador de Santa Catarina. Continuou na chefia do estado, como interventor federal, até 1945.

Foi vice-presidente da República do governo Dutra e, antes de assumir como senador em 1954, ocupou a Presidência da Câmara dos Deputados.

Em 11 de novembro de 1955,



Nereu Ramos

como vice-presidente do Senado, assumiu a Presidência da República, em virtude do impedimento de Café Filho e da deposição do presidente da Câmara, Carlos Luz. Completou o mandato de Vargas, entregando o governo a Juscelino Kubitschek em 1956. Morreu em 1958.

REPRODUÇÃO/ANA CLÁUDIA VOLPE

HISTÓRIA BRASILEIRA – CRONOLOGIA 1946-1963

31/1/1946	O general Eurico Gaspar Dutra toma posse como presidente do Brasil, substituindo José Linhares
24/9/1946	Reabertura dos trabalhos do Senado
31/1/1951	Getúlio Vargas toma posse novamente como presidente da República
24/8/1954	Vargas se suicida; assume o vice-presidente Café Filho
9/11/1955	O presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz, assume a Presidência quando Café Filho se afasta por problemas de saúde
11/11/1955	O Congresso declara impedido Carlos Luz e é dada posse ao vice-presidente do Senado, Nereu Ramos
31/1/1956	JK assume a Presidência da República
21/4/1960	Inauguração de Brasília
31/1/1961	Jânio Quadros é empossado presidente da República
25/8/1961	Jânio renuncia; o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assume a Presidência na ausência do vice-presidente
2/9/1961	Aprovada a Emenda à Constituição 4, que implanta o parlamentarismo no Brasil
7/9/1961	Com seu retorno da China, João Goulart toma posse como presidente da República
8/9/1961	Instalação do primeiro gabinete, presidido por Tancredo Neves
12/7/1962	Gabinete Brochado da Rocha
18/9/1962	Último gabinete parlamentarista: Hermes de Lima
24/1/1963	Retorno ao sistema presidencialista

Um Congresso mutilado pelo golpe

O regime militar começa com o golpe de 1º de abril de 1964 e prossegue por mais de 20 anos, marcando um dos mais tristes períodos do Parlamento brasileiro. Vários mandatos foram cassados, direitos políticos suspensos, partidos e

organizações sociais proscritas. Em meio à repressão, à guerrilha, à censura, à tortura, surgia dentro do Senado uma voz corajosa em defesa da liberdade, o alagoano Teotônio Vilela, um guerreiro da democracia, regime que só voltaria após a sua morte.

Militares legislam com atos institucionais

“Desordem financeira, desordem administrativa, desordem política e, já agora, não receio em afirmar, se prenuncia a desordem militar com as sucessivas quebras de hierarquia e disciplina.” Esse cenário, nas palavras do senador Antônio Carlos Konder Reis, justificaria o golpe militar de 1964.

Com o golpe, assumiu o Supremo Comando Revolucionário, que decretou o Ato Institucional nº 1 (AI-1), permitindo a suspensão dos direitos políticos de qualquer cidadão e a cassação sumária de parlamentares, além de determinar a eleição indireta do presidente da República. Foi escolhido o marechal Humberto de Alencar Castello Branco.

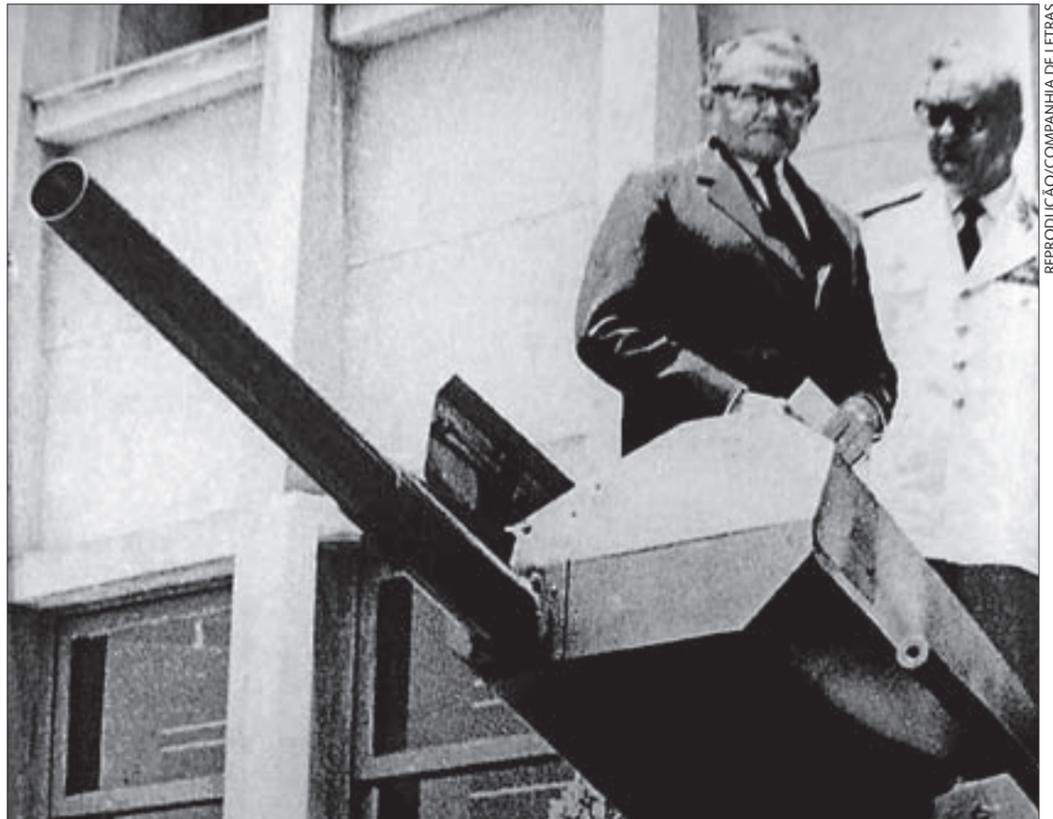
Começou um período de caça às bruxas. No Senado, houve uma confusão de sentimentos. Viu-se, por exemplo, o senador paraibano Argemiro de Figueiredo pronunciar-se em defesa do ex-presidente João Goulart no início de abril; uma quinzena depois, defender os ideais revolucionários; em junho, apoiar o

senador e ex-presidente Juscelino Kubitschek, que acabara de ser cassado; e, em pouco mais de um mês, exaltar o golpe militar.

Em outubro de 1965, foi editado o AI-2, que entre outras medidas instituiu o bipartidarismo dividido entre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), que reunia os partidários do novo regime, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), uma oposição permitida. O Congresso Nacional se viu enfraquecido. Alguns políticos que, em um primeiro momento, apoiaram a destituição de Jango passaram a combater o novo regime depois que notaram que ele não seria passageiro. Poucos ousaram fazer críticas, como o senador baiano Josaphat Marinho.

Constituição militar para regime militar

No final de 1966, foi decretado o AI-4, que convocou uma assembleia nacional constituinte entre 12 de dezembro daquele ano e 24 de janeiro de 1967. Na realidade,



Castello Branco (E), ao assumir o poder em 1964, com Médici, que seria o terceiro presidente do regime

os parlamentares discutiram o projeto de Constituição apresentado por Castello Branco.

Os constituintes de 1967 promulgaram basicamente um texto

ditatorial, mas conseguiram duas vitórias: a proibição de fechar o Congresso e a criação da imunidade parlamentar.

Em 15 de março de 1967, o

senador Auro de Moura Andrade, presidente do Senado, em sessão do Congresso, deu posse ao marechal Arthur da Costa e Silva, segundo presidente do regime.

JK: volta ao Planalto frustrada pelo golpe

Juscelino Kubitschek passou a faixa ao seu sucessor Jânio Quadros com planos de reassumir a Presidência em 1965, tendo o *slogan* pronto: “Cinco anos de agricultura para 50 anos de fartura”. Em 1961, elegeu-se senador por Goiás. Com o golpe militar de 1964, como democrata e opositor ao regime, JK prevê sua cassação em discurso proferido em 3 de junho.



Juscelino Kubitschek

Estava certo. Cinco dias depois foi cassado por decreto do presidente marechal Castello Branco. Durante três anos, ficou exilado em Lisboa. Ao voltar, foi preso e proibido de entrar em Brasília. Em 1976, morreu num acidente de automóvel na Rodovia Dutra. Em 2006, comemoram-se os 50 anos do início do governo JK e os 30 anos de seu falecimento.

Teotônio, o menestrel da democracia

Teotônio Vilela era um dos tradicionais políticos que apoiavam o regime militar. Em 1966 exercia o mandato de senador por Alagoas, mas logo se tornaria um dos críticos da ditadura. Por amizade com políticos influentes do período, não foi cassado. Em 1975, iniciou um movimento pela redemocratização nacional em discursos memoráveis no Senado e ganhou o apelido de “Menestrel das



Teotônio Vilela

Alagoas”. Era aplaudido de pé pelos parlamentares do MDB. Teotônio percorreu o Brasil em campanha pela volta da democracia. Em contato com a miséria nordestina, elaborou o Projeto Emergência, em que propunha a moratória da dívida externa, reformas sociais e eleições diretas para presidente. Em 27 de novembro de 1983, o “Guerreiro da Paz” morreu de câncer generalizado.

Anos de chumbo e abertura gradual

O ano de 1968 foi marcado por manifestações pela volta da democracia. Após discurso do deputado federal Márcio Moreira Alves convocando a população a não participar das festividades do dia 7 de setembro, os militares decidiram cassar o parlamentar.

No Senado, Josaphat Marinho foi o grande defensor do deputado. Os militares, por sua vez, percebendo que seu intento não seria alcançado, pressionaram o presidente e este, em 13 de dezembro de 1968, assinou o AI-5.

O AI-5 foi um “golpe dentro do golpe”. O Congresso esteve fechado por mais de dez meses, foram cassados mais mandatos e direitos políticos, o estado de sítio permanente acabou decretado e o instituto do *habeas corpus* suspenso. Em resposta ao AI-5, grupos se engajaram na luta armada, em guerrilhas urbanas e rurais.

Costa e Silva adoeceu e, tendo em

vista que seu vice era o civil Pedro Aleixo, os ministros militares decretaram o impedimento temporário do presidente em 31 de agosto de 1969 e convocaram novas eleições para a Presidência.

A junta militar que assumiu o governo promulgou a Emenda Constitucional nº 1, em 17 de outubro de 1969. Era a constitucionalização do AI-5. Em 22 de outubro de 1969, o Congresso voltou a funcionar, convocado para eleger o novo presidente, general Emílio Garrastazu Médici, que assumiu o poder no dia 30 daquele mês, em sessão presidida pelo senador carioca Gilberto Marinho.

O governo Médici foi o auge do que se chamou “anos de chumbo” do regime militar. A tortura se tornou corriqueira nos chamados “porões da ditadura”. Mas foi nesse período que o Congresso voltou a lutar, mesmo que discretamente, pela volta da democracia, e senadores

como André Franco Montoro mostraram coragem de subir à tribuna para defender a democracia.

Em 15 de março de 1974, o senador Paulo Torres deu posse ao penúltimo presidente militar, o general Ernesto Geisel, que começou o processo de “abertura lenta e gradual” do regime. Em 1975, por exemplo, suspendeu a censura à imprensa.

Entretanto, prevendo uma vitória da oposição nas eleições de 1978, Geisel fechou o Congresso Nacional por duas semanas em abril de 1977 e mudou as regras eleitorais, criando o senador “biônico” – um em cada três senadores passou a ser eleito indiretamente pelas assembleias legislativas de seus estados – e mantendo eleições indiretas para governador.

Em 1978, Geisel revogou o AI-5 e criou, finalmente, condições para a abertura política rumo à redemocratização.

HISTÓRIA BRASILEIRA – CRONOLOGIA 1964-1979

1º/4/1964	Militares tomam o poder; provisoriamente, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assume a Presidência
15/4/1964	Marechal Humberto de Alencar Castello Branco toma posse como presidente para completar o mandato de João Goulart
22/7/1964	Emenda Constitucional nº 9 prorroga o mandato de Castello Branco até 15/3/1967
12/12/1966	Ato Institucional 4 (AI-4) convoca o Congresso Nacional para debater um projeto de Constituição
24/1/1967	Promulgada a Constituição de 1967, sexta Carta do país
15/3/1967	Marechal Arthur da Costa e Silva assume a Presidência
13/12/1968	Decretado o Ato Institucional 5 (AI-5), que suspende direitos políticos e torna a ditadura ainda mais bruta
31/8/1969	Costa e Silva é afastado por problemas de saúde; ministros militares declaram a Presidência vaga e convocam novas eleições
17/10/1969	Outorgada a Emenda Constitucional nº 1, modificando praticamente toda a Constituição de 1967 e mantendo o AI-5
30/10/1969	Assume a Presidência o marechal Emílio Garrastazu Médici
15/3/1974	Assume a Presidência o general Ernesto Geisel
1º/4/1977	Geisel decreta o fechamento do Congresso Nacional por 14 dias e edita o “Pacote de Abril”
17/10/1978	A Emenda Constitucional 11 revoga o AI-5
15/3/1979	Toma posse o general João Baptista de Oliveira Figueiredo, último presidente militar

Redemocratização em dois atos

Último presidente do ciclo militar, o general João Baptista Figueiredo assume o cargo em 1979 com a promessa de concluir o processo de abertura política. Promove a anistia e restabelece o pluripartidarismo. O movimento das Diretas

Já devolve a política às ruas do país, mas é derrotado. Tancredo Neves, eleito presidente, jamais chega a assumir e morre no Dia de Tiradentes. No governo de Sarney, seu vice, a redemocratização toma forma com a Constituição de 1988.



Movimento Diretas Já na Esplanada dos Ministérios: derrotado, apesar da grande adesão popular

Figueiredo cumpre compromisso e devolve o país à normalidade política

Ao assumir o governo em março de 1979, o general João Baptista de Oliveira Figueiredo reafirmou que continuaria o processo de abertura iniciado por seu antecessor, general Ernesto Geisel. Com o apoio do Congresso Nacional, assim o fez: em agosto, foi aprovada a Lei de Anistia, que beneficiou cidadãos destituídos de seus empregos, exilados e presos políticos. Em novembro, o pluripartidarismo foi reinstituído, são aprovadas as eleições diretas para governador e extinta a figura do senador biônico.

Surgiram então o Partido Democrático Social (PDS); o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); o Partido Popular (PP),

presidido pelo senador Tancredo Neves; o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), liderado pela ex-deputada Ivete Vargas; o Partido Democrático Trabalhista (PDT), fundado pelo ex-governador gaúcho Leonel Brizola; e o Partido dos Trabalhadores (PT), chefiado, entre outros, pelo então líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva.

A oposição surpreendeu ao conseguir a maioria da Câmara nas eleições de 1982, mas no Senado os governistas fizeram a maioria. A pressão por eleições diretas para presidente da República tomou conta do ano de 1983 e surgiu a campanha das Diretas Já, derrotada depois da rejeição da proposta de emenda à Constituição em abril de 1984.

Divergências políticas em torno da candidatura à Presidência acabaram por rachar o PDS. Depois que o paulista Paulo Maluf ganhou a convenção do partido, lideranças expressivas, como o então vice-presidente da República, Aureliano Chaves, e os senadores José Sarney e Marco Maciel, fundaram o Partido da Frente Liberal (PFL).

Em janeiro de 1985, o então senador Tancredo Neves foi eleito presidente pelo Colégio Eleitoral, com o apoio do PFL. Em virtude de complicações de saúde, tomou posse em seu lugar o vice José Sarney, já no PMDB. Tancredo faleceu em 21 de abril, sem jamais ter assumido o cargo.

O governo de Sarney foi marcado por planos econômicos, como o Cruzado, que tentaram debelar a inflação. Porém, o país foi tomado pela hiperinflação.

Constituição de 1988 dá forma à democracia

O início do governo Sarney foi marcado pelos debates em torno da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Havia consenso quanto à necessidade de que o novo período exigia um texto constitucional democrático, mas existia divergências quanto à composição e à natureza da Constituinte. Venceu a proposta de um Congresso Constituinte, em que deputados federais e senadores eleitos em novembro de 1986 acumulariam as funções

parlamentares e constituintes.

Em fevereiro de 1987, o deputado Ulysses Guimarães abriu as sessões da Assembleia Nacional Constituinte, composta por 559 congressistas. Depois de a Comissão de Sistematização ter apresentado um texto parlamentarista e estatizante, em reação um grupo de constituintes do PMDB, do PFL, do PDS e do PTB formou o Centro Democrático, ou Centrão, que agrupou a maioria parlamentar de apoio às causas

mais conservadoras.

A maior batalha em Plenário cercou a duração do mandato presidencial, fixado, então, em cinco anos. Em meio a disputas entre Sarney e o Legislativo, comandadas com autoridade por Ulysses Guimarães, a Constituição promulgada em 5 de outubro de 1988 foi a síntese e o auge de todo o processo de redemocratização do país. Apesar de longa e detalhada, representou os anseios da população brasileira à época.

Nilo: “Não sou presidente do Congresso do PDS”

“Estou consciente de que assumo a Presidência do Senado Federal num dos momentos cruciais da nacionalidade”, afirmou o senador pernambucano Nilo de Souza Coelho, em fevereiro de 1983.

Político, empresário, médico, descendente de importante família do sertão pernambucano, foi o primeiro governador indireto de Pernambuco, nomeado pelo marechal Castello Branco.

Eleito senador em 1979, Nilo Coelho teve atuação forte nos últimos anos da ditadura. Amigo leal do presidente João Figueiredo, pretendia, como presidente da Casa, conduzir o processo de redemocratização do país com o espírito conciliador que demonstrara como líder da Maioria.

Um dos episódios mais marcantes da sua atuação ocorreu em 21 de setembro de 1983, quando o Congresso Nacional, sob seu comando, rejeitou o Decreto-Lei 2.024, que reduzia salários. “Não sou presidente do Congresso do PDS; sou presidente do Congresso do Brasil”, declarou.



Nilo Coelho ajudou o presidente Figueiredo no processo de reabertura política

Tancredo, da esperança à frustração em três meses

Nos seus mais de 50 anos de vida pública, o mineiro Tancredo Neves ocupou o cargo de senador por pouco mais de três anos. Nome de destaque, Tancredo já governara o país como primeiro-ministro parlamentarista, entre 1961 e 1962. Foi um dos líderes do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido criado a partir do Ato Institucional 2 (AI-2).

Tancredo elegeu-se senador pelo MDB em 1978. Com a volta do pluripartidarismo, fundou o Partido Popular (PP). Despediu-se do Parlamento num belo discurso em março de 1983, para assumir o governo de Minas Gerais. Ao lado de Ulysses Guimarães e demais lideranças de oposição ao regime militar, como Lula e Leonel Brizola, viu derrotada a tese das Diretas Já, mas foi eleito,

em 15 de janeiro, o primeiro presidente civil após 20 anos de regime militar, derrotando o candidato do PDS, Paulo Maluf, por ampla margem de votos.

Na véspera de tomar posse, foi internado em estado grave e o vice José Sarney e seu Ministério assumiram os cargos em meio à perplexidade do povo que tomara a Esplanada dos Ministérios para comemorar a chamada Nova República e o fim do regime militar iniciado duas décadas antes. Morreu em 21 de abril de 1985, em São Paulo.



Dona Risoleta Neves e Ulysses celebram a vitória de Tancredo (C) no Colégio Eleitoral

HISTÓRIA BRASILEIRA – CRONOLOGIA 1979-1988

15/3/1979	Toma posse o general João Figueiredo, último presidente militar
28/8/1979	Promulgada a Lei de Anistia (nº 6.683)
20/11/1979	Restabelecido o pluripartidarismo
15/1/1985	Colégio Eleitoral elege presidente o opositor Tancredo Neves
14/3/1985	Tancredo Neves é internado
15/3/1985	Toma posse o vice-presidente José Sarney
21/4/1985	Tancredo Neves falece
15/11/1986	Eleições para a Assembleia Nacional Constituinte
1º/2/1987	Instalação da Constituinte
5/10/1988	Promulgada a 7ª Constituição brasileira

Jovem democracia resiste a crises

O regime democrático brasileiro passou por testes de fogo em seus primeiros anos de vida. Promulgada a Constituição de 1988, ainda no governo Sarney, o país elegeu seu primeiro presidente pelo voto direto em 30 anos. Mas

Fernando Collor de Mello acabou destituído do cargo por um processo de *impeachment*. Nos anos seguintes, o Congresso fez das CPIs o seu principal instrumento na luta contra a corrupção no governo e na política, inclusive cortando na própria carne.

Impeachment e a luta das CPIs do Congresso contra a corrupção



Deputados e senadores participam de ato pelo *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello

A promulgação da Constituição de 1988 marcou o início da consolidação da democracia após os anos da ditadura militar. Os brasileiros entram nos anos 90 dando posse ao primeiro presidente eleito diretamente desde Jânio Quadros. Fernando Collor de Mello marcou seu governo por generalizada crise na economia, resultado de um excêntrico plano econômico, e por denúncias de corrupção, iniciada ainda na campanha eleitoral.

Em agosto de 1992, é aprovado o relatório final do senador rondoniense Amir Lando à CPI mista sobre as denúncias contra Paulo César Farias, tesoureiro da campanha do presidente. O relatório terminou por incriminar, entre outros, o próprio presidente da República. Em outubro, para se defender no processo de *impeachment*, Collor passou a Presidência ao vice, o ex-senador mineiro Itamar Franco. Collor viu seu processo ser votado no Senado em 29 de dezembro de 1992, quando renunciou, mas não se livrou da perda dos direitos políticos.

Orçamento.

Entre as mudanças feitas na revisão constitucional estão a ampliação do rol de inelegibilidades; a redução do mandato presidencial de cinco para quatro anos; e a suspensão dos efeitos da renúncia do parlamentar submetido a processo de perda de mandato.

A revisão constitucional, apesar de ser o momento propício, não foi o período de maiores transformações na Constituição: nos dois governos do presidente Fernando Henrique Cardoso o texto foi emendado mais de 30 vezes. As alterações, grande parte proposta pelo Executivo, abriram setores da economia, como a mineração e a telefonia, permitindo as privatizações da Telebrás e da Cia. Vale do Rio Doce, por exemplo.

CPIs marcam os governos FHC e Lula

Em outubro de 1993, já durante o governo de Itamar Franco, denúncias sobre fraudes na elaboração do Orçamento da União levam à criação da CPI Mista do Orçamento, que, ao final, denunciou ministros, parlamentares e altos funcionários em envolvimento num grande esquema de manipulação de verbas públicas.

Em 1999, no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, duas outras grandes CPIs são instaladas: uma para investigar denúncias contra o Poder Judiciário (CPI do Judiciário) e outra para apurar suspeitas de irregularidades no sistema financeiro (CPI Mista dos Bancos).

Já o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva viu a instalação de três CPIs, após denúncias de compra de votos de parlamentares: a CPI dos Bingos e as CPIs mistas dos Correios e do Mensalão.

Afonso Arinos dedicou 60 anos de vida à luta política liberal

O mineiro Afonso Arinos de Melo Franco, jornalista, jurista e literato, nasceu numa tradicional família de políticos, intelectuais e diplomatas. Por problemas de saúde, não participou da Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder.

Em 1934, rompeu com Vargas. Foi um dos signatários do Manifesto dos Mineiros de 1943, primeira manifestação política contra a ditadura de Vargas. Em abril de 1945, foi um dos fundadores da União Democrática Nacional (UDN), partido que reunia a oposição liberal ao presidente.

Nos anos 50, o Congresso aprovou a Lei Afonso Arinos, que tor-

nava a discriminação racial uma contravenção penal. Com a volta de Vargas, em 1951, passou a mover intensa oposição ao governo. Na crise de 1954, que culminaria no suicídio do presidente, ele propôs a renúncia de Vargas e a intervenção das Forças Armadas.

Em 1958, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras e para o Senado. Partidário do golpe militar que depôs João Goulart em 1964, foi um dos fundadores, em 1966, da Aliança Renovadora Nacional (Arena). Tornou-se crítico dos rumos do regime e, em 1967, retomou suas atividades docentes e literárias.

Em 1986, após o término da dita-



Afonso Arinos: do apoio ao golpe de 64 à participação na Constituinte de 1988

dura militar, voltou à vida política, elegendose senador (PFL-RJ), participando da Assembléia Nacional Constituinte. Em 1988, transferiu-se para o PSDB. Morreu no Rio de Janeiro em 1990, no exercício do mandato de senador.

Mário Covas foi um dos fundadores do PSDB, em 1988

O engenheiro paulista Mário Covas obteve seu primeiro mandato político como deputado federal em 1962. Em 1966, reelegeu-se pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que ajudou a fundar no ano anterior. Vítima do Ato Institucional nº 5, teve seus direitos políticos cassados por dez anos em 1969.

De volta à vida pública em 1979, assumiu a presidência do MDB em São Paulo, partido pelo qual obteve novamente uma cadeira na Câmara. Franco Montoro, governador de São Paulo, nomeou Covas, em 1983, prefeito da capital do estado. Em 1986, voltou ao

Congresso Nacional, dessa vez eleito senador pelo PMDB, numa votação histórica na qual obteve quase 8 milhões de votos.

Liderou o PMDB nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte de 1987-1988. Em junho de 1988, rompeu com o PMDB, juntamente com o senador Fernando Henrique Cardoso e Montoro, fundando o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Em 1989, foi candidato derrotado na campanha presidencial vencida por Fernando Collor. Cinco anos depois, se elegeu governador de São Paulo, cargo para o qual foi reeleito em 1998. Um câncer na



Mário Covas elegeu-se senador em 1986 com a histórica contagem de 8 milhões de votos

bexiga o levou à mesa de cirurgia e às sessões de quimioterapia no ano seguinte, mas só o venceu em 6 de março de 2001, deixando um exemplo de vida pública pautada pela ética e pela transparência.

Consulta popular e revisão da Constituição

Em 21 de abril de 1993, realizou-se plebiscito para consultar a população sobre a forma e o sistema de governo. Apesar da ausência de cerca de 30% do eleitorado, a maioria dos brasileiros decidiu manter a República presidencialista, já anteriormente definida pela Constituição.

Em outubro foi iniciada a revisão constitucional, determinada pela Carta Magna de 1988. O Congresso trabalhou então como Constituinte revisora, Parlamento e investigador, pois na mesma época estouraram denúncias que resultaram na CPI Mista do

HISTÓRIA BRASILEIRA – CRONOLOGIA 1989-1999

15/11/1989	Eleição de Fernando Collor de Mello como presidente
16/3/1990	Após três dias de feriado bancário, Collor impõe à nação um plano econômico que incluía o confisco da poupança dos brasileiros
26/5/1992	Instalada CPI mista para investigar o caso PC
24/8/1992	Relatório final da CPI é lido pelo senador Amir Lando: incrimina, entre outros, Paulo César Farias e o presidente Collor
2/10/1992	Afastamento do presidente para responder a processo de <i>impeachment</i> ; assume o ex-senador Itamar Franco, vice-presidente
29/12/1992	Durante o julgamento do <i>impeachment</i> no Senado, Collor renuncia
21/4/1993	Plebiscito confirma o Brasil como República presidencialista
6/10/1993	Início da revisão constitucional
20/10/1993	Instalada CPI mista para investigar irregularidades no Orçamento
21/1/1994	Relatório final da CPI do Orçamento incrimina vários políticos
1º/7/1994	Implantado o Plano Real
1º/1/1995	Fernando Henrique Cardoso toma posse
1º/1/1999	Reeleito, Fernando Henrique Cardoso é empossado em seu segundo mandato
30/3/1999	Instalada CPI no Senado para investigar denúncias de corrupção no Judiciário
14/4/1999	Instalada CPI mista para investigar o sistema financeiro (CPI dos Bancos)
24/11/1999	Aprovado o relatório da CPI dos Bancos, pedindo que o Ministério Público investigue o Banco Central

Maior proximidade com os cidadãos

O Senado entrou no novo século em busca de transparência e de maior contato com o cidadão. Fez isso por meio de veículos como o Jornal do Senado, a Agência Senado, a TV Senado e a Rádio Senado. Nos últimos anos, também assistiu a

uma participação crescente das mulheres nas atividades da Casa, como atestam as dez senadoras titulares que exercem mandato atualmente. Entre os feitos legislativos recentes, sobressaíram mudanças como a criação do Conselho Nacional de Justiça.

ROOSEWELT PINHEIRO



Plenário tem participado de decisões que mudam o dia-a-dia da população, como as reformas constitucionais

Previdência e Justiça são alvos de reformas

Nos últimos anos ocorreram mudanças importantes que atingiram direta ou indiretamente a população brasileira, especialmente as grandes reformas da Previdência e do Judiciário.

Em 2003, foi aprovada a proposta de emenda à Constituição da Previdência, principalmente direcionada à aposentadoria dos servidores públicos. A emenda foi acatada pelo Congresso sob a condição de também ser acolhida uma PEC paralela que contemplasse pontos dissidentes com relação ao projeto original enviado pelo governo.

A aprovação final da PEC Paralela no Senado ocorreu em julho de 2006, restituindo aos aposentados do serviço público direitos retirados pela reforma da Previdência dois anos antes.

Em dezembro de 2004, foi promulgada a emenda constitucional (EC 45) que modificou a estrutura do Poder Judiciário, instituindo efeito vinculante a decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) – ou seja, decisões tomadas repetitivamente por ampla maioria dos ministros do STF devem ser respeitadas nas instâncias inferiores.

Controle externo do Judiciário

Pela reforma, também passou a vigorar o controle externo do Judiciário, por meio do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público.

No Congresso, uma comissão sugeriu a regulamentação da reforma do Judiciário. Alguns

dos projetos da comissão estão em fase de votação: repercussão geral do recurso extraordinário pelo STF; normas para a edição de súmulas com efeito vinculante; pedidos de federalização dos crimes contra os direitos humanos; criação do Fundo Garantidor das Execuções Trabalhistas; e ampliação da competência da Justiça do Trabalho.

O Senado aprovou ainda uma reforma tributária, que deveria ser promovida em fases. Até o momento, no entanto, a Câmara dos Deputados só acolheu a primeira etapa e não votou temas como o aumento de verbas para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e a unificação de regras do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

MPs são fonte de tensão com o Executivo

Instrumento típico do parlamentarismo, as medidas provisórias (MPs) foram instituídas pela Constituição de 1988, permitindo que o presidente possa editar uma norma legal em casos de “urgência e relevância”. Porém, não foi previsto inicialmente qualquer limite à edição dessas leis provisórias.

Para diminuir o abuso observado no uso das MPs, o Congresso aprovou em 2001 a Emenda Constitucional (EC) 32. Mas o número de MPs não diminuiu, e a emenda impôs mais transtornos ao Legislativo.

A idéia era, além de excluir temas que podem ser alvo de MPs, limitar o prazo de validade delas.

Como contrapartida, o Congresso deveria dar atenção prioritária às MPs. Então, instituiu-se dispositivo pelo qual, depois de 45 dias de publicação, a MP tranca a pauta da Casa onde se encontra.

Apesar de a Emenda Constitucional 32 garantir a apreciação das medidas provisórias pelo Congresso Nacional, o Executivo não diminuiu o ritmo das medidas, com uma média superior a cinco por mês. Resultado: mais de 60% das sessões do Senado ficaram com a pauta trancada.

O Congresso Nacional está dis-

cutindo o futuro das medidas provisórias. Várias propostas sobre o assunto em tramitação sugerem, inclusive, a extinção do instrumento.

– Que Estado de direito pode existir com tantas leis que significam não ter lei nenhuma, em que todas podem ser modificadas a qualquer hora, sem os controles da elaboração legislativa, sempre pressionados pela premência de votação e trancamento de pauta? – questionou o então presidente do Congresso, senador José Sarney (PMDB-AP).

Mais de 60% das sessões do Senado ficaram com a pauta trancada

Um Senado mais moderno e transparente no século 21

A partir de conclusões da CPI do Judiciário, o Senado começou o milênio cassando, pela primeira vez na história, um senador – Luiz Estevão (DF), acusado de envolvimento no desvio de dinheiro da construção do fórum trabalhista de São Paulo.

Pouco depois, outros três senadores, que enfrentavam processos no Conselho de Ética da Casa, renunciaram para evitar a cassação: Antonio Carlos Magalhães (BA) e José Roberto Arruda (DF), pela violação do painel de votação secreta; e Jader Barbalho (PA), acusado de desvio de verbas da Sudam.

Esses momentos delicados

ocorreram paralelamente ao esforço de valorização, modernização e transparência das atividades da Casa. Há dez anos, o cidadão brasileiro pode facilmente ter acesso ao trabalho dos senadores pelo **Jornal do Senado** (em suas versões diária e semanal), pela Agência Senado, na Internet, e pelas transmissões da TV e Rádio Senado. Além disso, tem linha direta pelo Alô Senado (0800 61-2211).

O objetivo é que o cidadão possa participar das discussões legislativas, atuando e fiscalizando diretamente o mandato do parlamentar eleito como representante de seu estado.

Ainda pequena, participação feminina no Senado cresce

O aumento da participação feminina na vida pública é destaque neste milênio, e a representação política reflete essa mudança.

A 52ª Legislatura é marcada pela presença de dez senadoras titulares: Ana Júlia Carepa (PT-PA), Fátima Cleide (PT-RO), Heloísa Helena (PSOL-AL),

Ideli Salvatti (PT-SC), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Maria do Carmo Alves (PFL-SE), Patrícia Saboya Gomes (PSB-CE), Roseana Sarney (PFL-MA) e Serys Slhessarenko (PT-MT). Já a senadora Marina Silva (PT-AC) encontra-se licenciada, chefiando o Ministério do Meio Ambiente.



CÉLIO AZEVEDO

A Casa nunca teve tantas senadoras: na 52ª Legislatura, dos 81 senadores, dez são mulheres, das quais uma está licenciada

HISTÓRIA BRASILEIRA – CRONOLOGIA 2000-2006

28/6/2000	Senado cassa o mandato do senador Luiz Estevão (DF), acusado de envolvimento no desvio de dinheiro da obra do fórum trabalhista de São Paulo
10/1/2002	Sancionado o novo Código Civil brasileiro, que modificou o texto de 1916 e estabeleceu novas bases legais para relações familiares e empresariais
1º/1/2003	Luiz Inácio Lula da Silva toma posse como presidente da República
11/12/2003	Aprovada, com 51 votos favoráveis e 24 contrários, a reforma da Previdência. No dia 16, um sábado, o Senado aprovou a chamada PEC paralela, para reaver alguns dos direitos dos servidores públicos
17/11/2004	Aprovada, depois de 13 anos de tramitação no Congresso, a reforma do Judiciário, com relatório do senador José Jorge (PFL-PE)
14/12/2004	Depois de 11 anos de tramitação, Câmara aprova o substitutivo do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) à nova Lei de Falências
9/6/2005	Instalação de CPI mista para investigar denúncias de corrupção nos Correios
22/6/2005	Instalação de CPI no Senado para investigar lavagem de dinheiro e jogos (CPI dos Bingos), por determinação do STF
5/4/2006	Aprovado relatório da CPI dos Correios, indicando, entre outras coisas, o envolvimento de vários políticos e a existência do mensalão

Biblioteca é tão antiga quanto o Senado

Da estrutura administrativa do Senado, a biblioteca é o maior testemunho de como os órgãos que dão apoio ao funcionamento do Parlamento evoluíram nesses 180 anos de história. Afinal, a necessidade de ter livros à disposição para

informar e inspirar os senadores na elaboração da legislação foi uma das primeiras carências identificadas em 1826. A seguir, o *Jornal do Senado* apresenta excertos do livro sobre os 180 anos da Biblioteca do Senado, lançado em 16 de maio de 2006.

Sintonia com a história nacional

Logo depois de instalado pelo imperador, um dos primeiros empreendimentos do Senado, então prescrito pelo Visconde de Santo Amaro, foi propor a constituição de uma biblioteca. A iniciativa coube ao Visconde de Cairu, na sessão de 18 de maio de 1826.

– Vossa excelência deve propor uma livraria, onde todos os membros do Senado vão naquelas ocasiões em que lhes for preciso consultar as diferentes matérias que necessitarem dos esclarecimentos. Certamente eu acho muito razoável e justo haver uma livraria, ou biblioteca – afirmou Cairu a Santo Amaro.

Para marcar a passagem da data, a Biblioteca do Senado promove uma série de comemorações, entre elas o lançamento de um livro que conta os 180 anos da biblioteca. No dia 16 de maio, às 18h30, além da publicação, o

evento conta com a apresentação do Coral do Senado, dramatização da sessão de criação da biblioteca, abertura da exposição de obras raras e exibição de documentário da TV Senado sobre a biblioteca.

Biblioteca floresce nos períodos democráticos

O livro, fartamente ilustrado, apresenta ainda o estado atual da biblioteca, que oferece o que há de mais moderno em termos de organização de conteúdos e recursos eletrônicos.

Também foi organizado um catálogo de obras raras, com cerca de cem livros, periódicos, manuscritos e outras publicações que integram as diversas coleções de valor especial acumuladas pelo Senado.

O livro é uma homenagem à difusão da informação que levou à constituição das sociedades mo-

dermas. Afinal, a biblioteca foi testemunha dos diversos momentos do país, sofrendo influência direta da modernização econômica ou da liberalização política.

Não é coincidência, portanto, que ele registre que a biblioteca tenha sido especialmente valorizada durante os períodos democráticos do século 20, tendo em vista que essas são as condições ideais para a livre circulação de informações, opiniões e idéias.

– Ao longo dos anos, é esse o Poder mais vulnerável, alvo de retaliações do Executivo que levaram ao seu fechamento em 1823, 1889, 1891, 1930, 1937, 1968 e 1977. Afinal, é do debate que nasce a democracia. E é nesse ambiente que uma biblioteca, especialmente a do Senado, pode contribuir mais amplamente para os destinos da sociedade brasileira – sustenta a publicação.



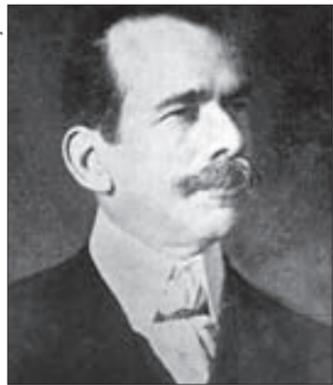
Detalhe de carta geográfica de *O Tesouro dos Mapas*, que integra livro com catálogo, ilustrações e fotos de mais de cem obras raras

Das origens à Proclamação da República

Ainda que reconhecida como uma necessidade urgente desde as primeiras reuniões dos senadores, a Biblioteca do Senado, até pelo alto preço dos livros naquele início do século 19, levou tempo para se estruturar. Naquela época, eram poucos os títulos publicados em português e a indústria gráfica nacional ainda era rudimentar e os livros encomendados junto às representações diplomáticas brasileiras na Europa demoravam a chegar.

O Brasil também viveu anos agitados no início do Império. Com tantas demandas urgentes, como as revoltas ocorridas nas províncias e a renúncia de dom Pedro I, os senadores não puderam dar atenção especial à biblioteca. Além disso, o Palácio do Conde dos Arcos, primeira sede do Senado, era local improvisado, inadequado para o Legislativo.

Em 1860, registrou-se que



Em 1895, o presidente do Senado, Manoel Victorino, promoveu classificação das obras

“não havia no edifício uma sala que pudesse servir de biblioteca, nem estantes próprias em que se colocassem os livros que pudessem adquirir-se”. Somente nos anos subseqüentes o Senado realizou a compra de uma série de livros, parte na Europa e parte na “loja de livros Antônio Gonçalves Guimarães & C., estabelecida à Rua do Sa-

bão”, no Rio de Janeiro.

Ao passo que o acervo começava a se avolumar, as instalações da primeira sede do Senado, o Palácio do Conde dos Arcos, ainda não ofereciam as melhores condições para abrigar os livros. Naquela época, o Regimento do Senado estabelecia que o porteiro, funcionário da Secretaria do Senado, era o responsável pela guarda dos livros. Apesar de conveniente – o porteiro morava no térreo do prédio onde estava o embrião da biblioteca –, essa, sem dúvida, não era a estrutura ideal para o manuseio e a segurança dos livros.

Somente em 1869, o Senado montou o seu primeiro catálogo de livros e mandou comprar estantes próprias para as obras. Porém, com a Casa tomada por discussões em torno da Guerra do Paraguai e da abolição da escravatura, não houve referências à biblioteca nas décadas seguintes.

Após 1889, avanços e recuos no acervo

Já na República, o Senado voltou a dar destaque à biblioteca da Casa. Em 1895, o então presidente da instituição, Manoel Victorino Pereira, promoveu a classificação das obras da biblioteca.

Para isso, em 1898, o Senado contou pela primeira vez com trabalhos de um especialista em Biblioteconomia.

A partir de então, os livros foram catalogados sistematicamente, utilizando as normas mais modernas da época.

O acervo teve grande crescimento nos primeiros anos da República: passou, por exemplo, de 4.262 volumes em 1895 para 12.062 volumes em 1898. Grande parte deles se tratava

de obras “preciosíssimas”. O país crescia e se modernizava naqueles primeiros anos da República, quando foi realizada, por exemplo, a Semana de Arte Moderna de 1922. Nessa linha, o Senado mudou de sede, para o Palácio Monroe, que seguia os padrões de arquitetura em voga na Europa.

O zelo pela biblioteca permaneceu até 1937, quando o presidente Getúlio Vargas deu um golpe de Estado, fechando o Legislativo. No Palácio Monroe, instalou-se o Ministério da Justiça do Estado Novo, que tinha na censura um

de seus pilares.

Nesse contexto, muitos livros da Biblioteca do Senado sumiram. Com a redemocratização, a partir de 1946, a biblioteca ainda demorou anos para se recompor.

Na segunda metade do século passado, com o Senado funcionando ainda no Rio de Janeiro, a profissionalização da biblioteca foi aprofundada.

Foram contratados novos bibliotecários, o que permitiu que um maior número de pessoas, entre parlamentares, assessores e cidadãos, pudessem ter acesso ao acervo da Casa.

Mudança para Brasília e ordens da ditadura foram alguns percalços

A mudança para a nova capital exigiu dos bibliotecários do Senado um esforço sobrecomum. Afinal, transportar, de maneira ordenada, milhares de exemplares de livros até hoje não é uma tarefa simples. O problema inicial foi a falta de estrutura. O prédio de 28 andares nem sequer estava pronto em abril de 1960 e ainda demorou meses até que os elevadores fossem instalados. Faltava moradia para os servidores e muitas das tarefas ainda eram realizadas no Rio de Janeiro.

Quando os livros chegaram a Brasília, em um primeiro momento a biblioteca foi instalada em três andares do Anexo I, onde recebeu os primeiros bibliotecários concursados, em 1968 (somente com a construção do Anexo II, em 1972, os livros foram levados para um espaço apropriado).

Em 1970, o governo militar publicou uma lista de 20 obras consideradas subversivas, que deveriam ser apreendidas. O Senado tinha pelo menos metade delas em suas estantes. As bibliotecárias – que até hoje preferem permanecer no anonimato – não cumpriram a determinação oficial e levaram os livros para casa, devolvendo-os à biblioteca apenas com o advento da abertura política.

Em 1973, havia 68.206 volumes e 1.326 títulos de periódicos nas estantes. No início dos anos 70, a Biblioteca do Senado começou um trabalho pioneiro no Brasil,

que foi a automatização do seu acervo, possibilitada pela criação, em 1972, do Centro de Processamento de Dados do Senado, o Prodasen.

Acompanhando os ventos da abertura, em 1979, a biblioteca teve suas instalações ampliadas e, em homenagem ao presidente do Senado à época, senador Luiz Viana Filho, a Biblioteca do Senado foi batizada com seu nome – Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho. Do ponto de vista do acervo, na década de 70, a incorporação de novos títulos se deu à média de 4,2 mil livros por ano.

Como aconteceu após o fim do Estado Novo, depois da redemocratização do país houve grande expectativa em torno dos trabalhos legislativos. A censura à imprensa acabou, o pluripartidarismo foi ampliado com a legalização dos partidos comunistas e o sindicalismo foi liberado.

A Assembléia Nacional Constituinte canalizou as expectativas. Com grande participação popular, o Congresso tornou-se um enorme fórum de debates. A elaboração da nova Carta gerou uma forte demanda por informações e a biblioteca teve que reforçar sua estrutura para conseguir atender às exigências dos parlamentares e da sociedade. Os quadros do Senado passaram então a incluir 30 cargos de bibliotecários, número que permanece inalterado até hoje.

Elaboração da Constituição de 1988 gerou forte demanda por informação

1826 - 2006

180 anos
BIBLIOTECA • Senado Federal



As três sedes históricas do Senado

Esse é o título do quadro reproduzido abaixo, de Rubens Zevallos, representando cada um dos edifícios que abrigaram o Senado. Todos possuem uma simbologia que representa o momento do país: o primeiro, Palácio do Conde dos

Arcos, havia sido residência do último vice-rei; o segundo, Palácio Monroe, é uma amostra da *belle époque* e do esforço para fazer parte do concerto das nações; e o terceiro, edifício mais alto de Brasília, é a expressão da modernidade do século 20.



No Palácio do Conde dos Arcos, a rotina de reformas e de reclamações

O solar onde o Senado funcionou até 1925 fora construído em 1819, dentro de uma chácara, para residência do Conde dos Arcos, 15º e último vice-rei do Brasil, governante que recebeu a família real portuguesa no Rio de Janeiro. A chácara estendia-se da Rua do Areal até o fim do Campo de Sant'Anna, entrando pela Rua das Flores. Em outubro de 1824, o edifício foi adquirido por carta do imperador dom Pedro I para instalação do Senado, depois da reforma do prédio. O local sofreu diversas modificações, acabando totalmente desfigurado em relação ao edifício que abrigou a primeira sessão do Senado, em 1826. Em 1829 e em 1831, desabamento parcial do teto do salão de sessões e de parte do telhado obrigou a transferência de solenidades para a Câmara dos Deputados.

O descontentamento dos senadores refletiu-se em vários projetos com o objetivo de mudar a sede do Senado. A solução foi a reforma do solar, em agosto de 1831. As sessões passaram a ser realizadas temporariamente na sala do Supremo Tribunal de Justiça (na Casa da Relação, Rua do Lavradio). E voltaram ao Palácio do Conde dos Arcos só em 1835, quando da eleição da Regência Una definitiva. Problemas provocados por cupins provocaram mais obras, de 1836 a 1840, período em que as sessões voltaram a ser celebradas na Casa da Relação.

Eventos históricos ocorreram no Paço do Senado: a abertura da primeira Assembléia Geral Legislativa, em 6 de maio de 1826, com a presença do imperador dom Pedro I; a lavratura do ato de reconhecimento do herdeiro do trono, dom Pedro II, em agosto de 1826; a eleição da Regência Provisória pela Assembléia Geral, em abril de 1831, com a abdicação de dom Pedro I; o juramento solene de dom Pedro II como imperador, em julho de 1840, ao ser declarado maior aos 14 anos; os juramentos prestados pela princesa Isabel em 1860, como herdeira do trono, e, mais tarde, na qualidade de regente do Império. A Lei Áurea, que revogou a escravidão, também foi aprovada ali, em sessão em 13 de maio de 1888.

Ainda assim, as reclamações quanto às instalações eram constantes. O Senado decidiu, em 1919, fazer outra reforma e ampliar o prédio, que ganhou nova fachada. A Casa funcionaria lá até 31 de dezembro de 1924, quando transferiu-se para o Palácio Monroe, na Avenida Rio Branco (antiga Avenida Central). O antigo Palácio do Conde dos Arcos é hoje ocupado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Segundo relatos da época, mesmo com ampliações, Conde dos Arcos era inadequado

Palácio Monroe foi demolido contra a vontade popular

A segunda sede do Senado foi instalada em um edifício legítimo representante da estética *belle époque*, em voga na Europa do início do século 20. O prédio, projetado em 1904 para concorrer na Exposição Mundial de Saint Louis, nos Estados Unidos, era, então, uma demonstração de que o Brasil republicano poderia se adaptar aos padrões seguidos pela elite francesa – e mundial – da época.

O projeto, assinado pelo engenheiro Francisco de Souza Aguiar, recebeu a medalha de ouro na exposição, onde competira com projetos de arquitetura e engenharia de 50 países. Os entendidos o classificam como representante do ecletismo, num estilo híbrido, caracterizado por uma combinação de diversas tendências, marcando uma época de transição na arquitetura. O palácio foi construído em um dos lados da praça onde até hoje permanecem a Biblioteca Nacional e o Teatro Municipal.

No Brasil, o edifício foi inaugurado em 23 de julho de 1906, na abertura da 3ª Conferência Pan-Americana. Marco na história da diplomacia brasileira, o evento foi aberto com um discurso do Barão do Rio Branco para os chanceleres dos países americanos e projetava a imagem de nação moderna e progressista. Foi Rio Branco quem batizou o edifício, em homenagem ao presidente norte-americano James Monroe, defensor da não-intervenção no continente.

Até a instalação do Senado no prédio, em 3 de maio de 1925, o Palácio Monroe sediou outras instituições públicas, entre elas a Câmara, em 1914. Na última sessão, realizada às vésperas da transferência para Brasília, em 1960, os senadores externaram a emoção com que se despediam não só da cidade, mas também do prédio.

A campanha para a demolição do Palácio Monroe teve início em junho de 1974, quando o jornal *O Globo* publicou matéria em que o prédio era acusado de atrapalhar o trânsito e a construção do metrô do Rio de Janeiro. Já naquele ano, o presidente da República, Ernesto Geisel, autorizava a demolição do prédio e a utilização do local para outros fins. A população carioca ainda organizou um abaixo-assinado para evitar a demolição. Em Brasília, junto a outras vezes, o senador Danton Jobim defendeu o palácio com um apelo a Geisel. E o Clube de Engenharia rebateu os argumentos pela destruição do prédio. Mesmo assim, em 11 de outubro de 1975, Geisel autorizou o Patrimônio da União a providenciar a demolição.

Palácio do Congresso em Brasília é Patrimônio da Humanidade

A mudança da capital federal para Brasília fez parte de um movimento, empreendido em especial no governo do presidente Juscelino Kubitschek, que pretendia modernizar o país, dotando-o de indústrias e de infra-estrutura compatíveis com a inserção no contexto mundial e o desenvolvimento econômico. Esse ideal foi expresso oficialmente pela primeira vez na Constituição de 1891, cujo artigo 3º determinava a transferência da capital “para o Planalto Central do país”, dispositivo que foi transcrito no artigo 4º do Ato das Disposições Transitórias da Constituição de 1946. Assim, em 1º de outubro de 1957, foi estabelecido em lei que a instalação da nova capital em Brasília, cuja construção já havia se iniciado, ocorreria em 21 de abril de 1960.

Como toda modificação na ordem vigente, houve graves resistências à mudança para Brasília, por conta da precariedade da infra-estrutura na cidade recém-construída. Fato é que, depois da inauguração de Brasília, os serviços públicos, inclusive o Senado, ainda não estavam completamente instalados na nova capital, até pela falta de funcionários.

Assim como os demais prédios monumentais de Brasília, o Palácio do Congresso Nacional foi projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer. Cartão-postal de Brasília, o edifício, tombado pela Unesco, reúne o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, no centro da Praça dos Três Poderes, onde se situam também o Palácio do Planalto e Supremo Tribunal Federal (STF).

O conjunto de construções inclui duas torres de 28 andares ligadas no meio, formando um “H”. Ao lado de uma das torres, há uma cúpula convexa, maior, que representa

a Câmara dos Deputados; ao lado da outra, há uma cúpula côncava, menor, que abriga a sede do Senado Federal. A simbologia do projeto de Niemeyer colocou o Congresso com o prédio mais alto da Praça dos Três Poderes, ou seja, a preponderância do poder do povo, por meio de

sua representação. As duas conchas simbolizam o poder e a relação de contrapesos implícita no sistema bicameral. A cúpula convexa da Câmara, maior e chapada no alto, sugeriria que aquele plenário está aberto ao impacto direto de ideologias, tendências, anseios e paixões do povo. Já a cúpula côncava do Senado, menor, retrataria um local propício para reflexão, serenidade, ponderação, equilíbrio, onde são valorizados o peso da experiência e o ônus da maturidade.

Prédio mais alto de Brasília, Congresso representa o poder do povo